

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

CAROLINE CAMPOS PINHEIRO

Presente e passado do Complexo Hospitalar do Juquery: uma análise do uso do espaço ao
longo do tempo

SÃO PAULO

2022

CAROLINE CAMPOS PINHEIRO

Presente e passado do Complexo Hospitalar do Juquery: uma análise do uso do espaço ao
longo do tempo

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em Turismo,
apresentado ao Departamento de Relações Públicas, Publicidade
e Turismo da Universidade de São Paulo.

Orientação: Prof. Dr. Reinaldo Miranda de Sá Teles

SÃO PAULO

2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Pinheiro, Caroline Campos
Presente e passado do Complexo Hospitalar do Juquery:
uma análise do uso do espaço ao longo do tempo / Caroline
Campos Pinheiro; orientador, Reinaldo Miranda de Sá
Teles. - São Paulo, 2022.
61 p.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo /
Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São
Paulo.
Bibliografia

1. Complexo Hospitalar do Juquery. 2. Uso do espaço.
3. Ressignificação do espaço. 4. Lazer. 5. Psiquiatria.
I. Miranda de Sá Teles, Reinaldo. II. Título.

CDD 21.ed. - 910

Elaborado por Alessandra Vieira Canholi Maldonado - CRB-8/6194

Nome: Pinheiro, Caroline Campos

Título: Presente e passado do Complexo Hospitalar do Juquery: uma análise do uso do espaço ao longo do tempo

Aprovado em: 08 /12 / 2022

Banca:

Nome: Prof. Dr. Reinaldo Miranda de Sá Teles

Instituição: Universidade de São Paulo (ECA)

Nome: Me. Luis Geraldo Silva

Instituição: Universidade de São Paulo

Nome: Marcelo de Oliveira Paiva

Instituição: Universidade de São Paulo

À Amelia Porto de Brito, mulher guerreira que abriu portas para as que vieram depois dela e lutou até seu último dia de vida.

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai Manoel, minha mãe Geni e minha irmã Isabela que são a minha base, maiores incentivadores da minha trilha nos estudos e razão pela qual cheguei até onde estou hoje.

Às amigas fiéis Beatriz Aquino e Sarah Santos que além de fazerem parte de toda minha vivência universitária foram apoio essencial para a conclusão desse trabalho.

À Gabi Nivoloni, amiga querida que a ECA USP me presenteou.

À Mariana Pereira, que me acompanhou e viveu comigo essa fase complexa que é o TCC, dando suporte emocional e moral. Eu sou porque nós somos! <3

Às muitas pessoas queridas que pude conhecer e conviver no ambiente ecano que não nominarei, mas sou grata pelas memórias e momentos mais que especiais compartilhados.

Às entidades e coletivos estudantis que pude fazer parte ao longo dos anos universitários e todas as pessoas que convivi por conta delas: Rosa dos Ventos, Redigir, Batereca e Opá Negra. A todos os demais projetos que participei durante a graduação (organização de eventos, projetos de extensão, coral, entre outros) que certamente me deram bagagem e contribuíram para minha formação.

À Maloca e todas as pessoas que conheci e vivi lá, por ter sido meu primeiro lar - com todo o simbolismo que essa palavra pode ter - aqui em São Paulo.

Ao apto 84a e suas moradoras atuais e antigas com quem compartilhei a vida durante a maior parte do meu tempo de universitária.

Às amigas e amigo de longa data Ana Rita, Bruna, Bruno, Jayne e Sabrina que se fazem presentes mesmo à distância.

Agradeço na figura do meu orientador Reinaldo Teles aos professores e professoras que são parte essencial da minha formação não só profissional, mas principalmente enquanto pessoa.

Às pessoas queridas que conheci e tenho o prazer de trabalhar junto no Itaú Cultural – em especial à equipe de Relações Institucionais, pela acolhida desde o primeiro dia e apoio nesse período de TCC.

À todos da minha família, em especial às mulheres, que abriram (e abrem) caminho e colaboraram direta ou indiretamente para minhas conquistas.

RESUMO

A presente pesquisa busca analisar a trajetória do Hospital Psiquiátrico do Juquery ao longo do tempo trazendo antes uma breve contextualização sobre o olhar para o tratamento psiquiátrico no Brasil assim como os primeiros passos para o estabelecimento de uma política de cuidados com essa parcela da população que vivia à margem da sociedade. O texto aborda desde a concepção e criação do Juquery, passando pelo processo de desativação, até os dias atuais em que o espaço tem sido ressignificado e ocupado para novos usos no âmbito da cultura, educação e do lazer. Esse estudo se mostra relevante à medida que entende a importância histórica do Juquery tanto a nível de desenvolvimento dos estudos e tratamentos no campo da psiquiatria brasileira como para a criação do município e desenvolvimento da região em que ele está inserido. Ao final desse trabalho, espera-se compreender o passado e o presente do Juquery destacando a transformação sofrida ao decorrer dos anos, o contexto histórico, social e político em que ele foi concebido, a diferença entre as gestões do espaço bem como suas contradições.

Palavras-chave: Hospital Juquery. Uso do espaço. Ressignificação do espaço. Lazer.
Psiquiatria.

ABSTRACT

The present research intends to analyze Juquery's Psychiatric Hospital trajectory through time, bringing a brief contextualization under psychiatric treatment in Brazil, as well as the first steps for the establishment of a caring politic for this population who lived at the margin of society. The following text approaches from Juquery's conception and creation, passing to the deactivation process, until the current days when the space has been occupied by new uses related to the culture, educative, and leisure scopes. This research shows its relevance by understanding the historical importance of Juquery, at the levels of developing studies and treatments in the Brazilian psychiatric field, as in the creation of the county and the development of the region in it is inserted. At the end of this research, is expected to comprehend Juquery's past and present, highlighting the transformation experienced through the years, the historical, social, and political context of its conception, and the difference between space managements and its contradictions.

Keywords: Juquery's Hospital. Use of space. Re-signification of space. Leisure. Psychiatry.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	METODOLOGIA.....	9
3	CONCEPÇÃO DO ASILO DE ALIENADOS DO JUQUERY	10
3.1	Contexto	10
3.2	Concepção	12
3.3	Construção	16
4	O FUNCIONAMENTO DO ASILO DE ALIENADOS DO JUQUERY.....	21
4.1	A gestão do Dr. Franco da Rocha	21
4.2	A gestão do Dr. Pacheco e Silva	23
4.3	Arte terapia e Dr. Osório César	26
5	DO ASILO DE ALIENADOS AO COMPLEXO HOSPITALAR DO JUQUERY.....	30
5.1	A Luta Antimanicomial	30
5.2	Processo de desativação do Juquery	33
5.3	A transformação e o novo uso do espaço	34
5.3.1	O Complexo Hospitalar do Juquery	39
5.4	A transformação do Juquery à luz de teorias sobre geografia e lazer	47
6	DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
	REFERÊNCIAS.....	54

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, o cuidado com a parcela da população que apresentava alguma questão ligada à saúde mental por muito tempo não foi considerado a nível institucional de políticas públicas. Por isso, as formas de lidar com essas questões estavam atreladas ao status social: sendo pobre, o método era o encarceramento ou abandono na rua; quando rico, o tratamento se dava através do isolamento em propriedades distantes dos grandes centros.

Somente na segunda metade do século XIX passou a se olhar para esse contingente de gente e surgir os primeiros espaços voltados para o tratamento psiquiátrico no Brasil tendo o “Hospício de Alienados Pedro II” no Rio de Janeiro, e o Hospital de Alienados de São Paulo como percussores, ambos inaugurados no ano de 1852 (PIZZOLATO, 2014).

Com alguns anos de atuação, era evidente a situação precária a que esses espaços estavam expostos (ODA E DALGALARONDO, 2005). Se tratando especificamente do Hospital de Alienados de São Paulo, tal condição fez com que, após diversas reformas e mudanças, os seus pacientes fossem transferidos para o Asilo de Alienados do Juquery, construído em 1895 (CAMPOS, 2011).

O recém-inaugurado Asilo de Alienados do Juquery foi concebido pelo Dr. Francisco Franco da Rocha, então diretor do Hospital de Alienados de São Paulo, que ao perceber os problemas que acompanharam a instituição desde a sua concepção reivindicou a construção de um novo hospital para substituir tais condições obsoletas. Rocha, inspirado no padrão francês, reuniu na idealização do Juquery alguns elementos primordiais para a visão de tratamento da época: ocupação em terrenos distantes do centro e a proposta de atividades agrícolas dentre as ações de tratamento dos internos.

Atendendo a esses requisitos, o vilarejo localizado entre São Paulo e Jundiaí, foi o escolhido para abrigar o hospital que receberia o grande contingente de doentes psiquiátricos do estado.

Em sua trajetória, o Juquery passou por diferentes administrações que o deixou em lugar de destaque na psiquiatria brasileira por diferentes características e abordagens dos seus gestores até esbarrar com mudanças no paradigma dos cuidados com saúde mental.

Com o decorrer dos anos, a existência de manicômios se mostrou inadequada à medida que havia uma evolução da visão terapêutica lançada sob o tratamento de pessoas que passam por algum sofrimento psíquico, cenário marcado pela reforma psiquiátrica e da Luta Antimanicomial. Essas mobilizações iniciaram na década de 1970 a partir da organização dos trabalhadores do setor em busca de melhores condições de trabalho e de melhor assistência à população, no período em que o país passava pelo regime militar e era marcado por abusos cometidos com os pacientes e por superlotação das instituições. No entanto, junto com a redemocratização do Brasil, a luta pela mudança e melhoria dos tratamentos voltados para a saúde mental, ganha força à medida em que esse movimento avança.

Em 1989, o deputado federal Paulo Delgado apresentou o projeto de lei que pautava a reforma psiquiátrica abordando os principais pontos discutidos pelo movimento naquele período (A Lei 10.216 foi sancionada apenas no ano de 2001).

Nesse cenário, em 2001 o Juquery começou o seu processo de desativação, deixando de receber novos pacientes e de forma gradativa encaminhando os seus internos para equipamentos públicos de assistência psicossocial.

Após a sua desativação, o território do antigo asilo passou por mudanças e teve a sua área cedida a diferentes secretarias e, consequentemente, passou a promover novos usos assumindo algumas funções que não se limitava à área da saúde, passando a realizar ações relacionadas a cultura, meio ambiente e segurança pública.

No ano de 2006 um grupo de pesquisadores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) iniciaram um projeto de elaboração de um Plano Diretor para o Complexo Hospitalar do Juquery pautado na tríplice cultura-saúde-educação.

No atual momento da instituição, algumas propostas do Plano Diretor foram consideradas nas novas funções que o Juquery passou a exercer e os eixos que nortearam o referido plano se fazem presentes no atual uso do complexo.

Tendo em vista a importância histórica do Juquery para a psiquiatria brasileira, assim como para a fundação do município de Franco da Rocha e desenvolvimento da região em que está localizado, o presente trabalho se propõe a entender a concepção do Juquery assim como o contexto social em que ele foi concebido e as mudanças sofridas pela instituição ao longo dos anos. Como objetivos específicos, pode-se elencar os seguintes:

- Entender o contexto histórico e social em que o Juquery foi construído;
- Entender as diferenças temporais baseadas nas diferentes gestões do espaço, se concentrando especificamente em duas delas;
- Entender e analisar o papel que o Juquery passou a exercer após sua desativação.

Assim, pretende-se responder a seguinte pergunta de pesquisa: quais transformações, não apenas arquitetônicas, que ocorreram em seu espaço?

Para responder a essa pergunta foi necessário entender, primeiramente, como o atual Complexo Hospitalar Juquery foi concebido, o contexto histórico e social no período de sua construção. E em seguida, entender as mudanças no uso de seu espaço: o impacto gerado para a psiquiatria brasileira, enquanto hospital psiquiátrico; e por fim, o papel que passou a exercer depois da sua desativação transformando-se em um espaço de lazer e cultura que desempenha um papel importante no contexto local em que está inserido.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa possui um caráter descritivo-analítico e, para obter as respostas desejadas para esse trabalho, utilizou-se predominantemente revisão bibliográfica. Mas, além desse, outros métodos foram utilizados, são eles:

- Visita de campo: Foi realizada visitação no Complexo Hospitalar no dia 16 de julho de 2022 para fins de um reconhecimento do território e maior familiarização com suas edificações e demais espaços, assim como registros fotográficos do local. Nessa visita, foi possível também ir ao Museu de Arte Osório César (MAOC) que está localizado dentro do Complexo.
- Observação participativa: participação como visitante na 5^a edição do Festival de Artes Soy Loco por Ti Juquery que aconteceu entre os dias 7 e 9 de setembro de 2022. Além de presenciar as atividades artísticas tais como apresentações circenses, shows de música, exposições de artes visuais, entre outros; foi possível participar de uma visita guiada por funcionários do Juquery que contavam sobre a história dos prédios e da

instituição de um modo geral além de permitir acesso a espaços dentro do Complexo que não costumam estarem abertos ao público.

- Reunião com funcionários do Complexo Hospitalar do Juquery: no dia 27/09/2022 foi realizada uma reunião com funcionários do Juquery que compõem a Comissão de Ensino e Pesquisa da instituição, responsável entre outras coisas por analisar as solicitações por parte de pesquisadores de documentos e informações referentes ao Juquery. Na oportunidade, foi possível expor as ideias e objetivos da presente pesquisa, assim como captar informações e sanar dúvidas sobre a instituição, seu funcionamento e os acontecimentos ao longo de sua história.
- Conversa com funcionário(a) do Museu de Arte Osório César: foi realizada em 28/10/2022 conversa com um(a) funcionário(a) do Museu a respeito de seu funcionamento, dados e outras questões por meio de contato realizado através de um aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz para smartphones. Além das informações supracitadas sobre o referido museu, busca-se também contextualizar a funcionalidade e usos atuais deste equipamento cultural.

3 CONCEPÇÃO DO ASILO DE ALIENADOS DO JUQUERY

3.1 Contexto

De acordo com Pizzolato (2014), durante muito tempo no Brasil, não houve um direcionamento institucional quanto ao cuidado com aqueles que apresentavam algum tipo de questão de ordem psiquiátrica, sendo aplicado diferentes métodos para atender a esse contingente de pessoas. Entre eles, os mais comuns eram o encarceramento ou o abandono nas ruas no caso dos mais pobres ou o isolamento em propriedades distantes no caso daqueles que tinham melhores condições. Apenas durante o período do Segundo Reinado (1840-1889) que começa a se pensar em alternativas para lidar com essa parcela da população com a criação da Academia Imperial de Medicina, momento em que surge o intuito de solucionar essas e outras questões de saúde pública, e a partir daí há uma recomendação para que a responsabilidade sob o cuidado das

pessoas que sofriam de algum problema psiquiátrico, denominadas até então como alienadas¹, seja das Santas Casas de Misericórdia. (PIZZOLATO, 2014)

Além desse novo direcionamento, a Academia Imperial de Medicina propõe a construção de um local específico para receber os pacientes com questões de saúde mental e, com o subsídio da elite carioca, é construído no Rio de Janeiro (à época capital do Império) o primeiro espaço voltado ao tratamento de alienados do Brasil intitulado “Hospício de Alienados Pedro II” que teve sua inauguração no ano de 1852 (ODA E DALGALARRONDO, 2005).

Segundo Campos (2011), seguindo essa mesma diretriz, há uma pressão por parte do governo provincial de São Paulo para que a Santa Casa de Misericórdia daquela província assuma a responsabilidade e cuidados sob esses pacientes enquanto, por outro lado, a Santa Casa se recusa a aceitar a proposta sob alegação de que essa é uma obrigação do governo.

Com isso, em 1852 o governo se encarrega da construção do primeiro espaço voltado para o tratamento de loucos de São Paulo. Ele se utilizou, de forma improvisada, de um terreno na Rua São João com a Rua Aurora, localizada no centro da cidade, para instalar no mesmo ano o asilo de alienados da cidade. A precariedade do espaço, que era composto por um sobrado e alguns poucos anexos, fez com que em poucos anos de uso já fossem necessárias reformas no hospício (CAMPOS, 2011).

Campos (2011) nos conta que em 1862, o hospício teve sua sede transferida para a então sede da Chácara Fonseca, onde hoje corresponde à região do Parque Dom Pedro II no centro de São Paulo; espaço mais amplo que o anterior e que passou por ampliação durante o período de funcionamento do hospital de loucos.

Ainda segundo Campos (2011), ao longo dos anos em que esteve instalado no local, o hospício recebeu obras de construção de dois pavilhões, que foram divididos de acordo com o gênero dos pacientes: as alas da direita ficaram destinadas às mulheres e a da esquerda, aos homens. O hospício chegou a abrigar cerca de 423 pacientes sendo em sua maioria mulheres, 214 no total.

Oda e Dalgalarondo (2005) ao analisar os relatórios dos presidentes da província de São Paulo, dão luz à evidente precariedade existente nesses espaços dedicados ao cuidado de enfermos com questões de saúde mental. Nos diferentes governos ao longo dos anos, destacam-se os

¹ Ao longo do presente trabalho, serão usadas diferentes expressões para se referir às pessoas internadas em hospitais psiquiátricos. Isso se justifica por duas razões: por não haver uma definição sobre o melhor termo que deve ser utilizado e por uma questão mais estética que busca não repetir um mesmo termo em todo o texto. Nota-se ainda que algumas expressões podem estar em desuso atualmente (como ‘alienados’, por exemplo), mas os usos delas também são importantes ao longo do trabalho para caracterizar a época que está sendo descrita.

comentários referentes à falta de salubridade desse local que abrigava uma quantidade muito maior de pacientes do que sua capacidade permitia, assim como o número inferior de funcionários para se dedicar aos cuidados desses pacientes e a ausência de profissionais especializados que pudesse dar plena assistência. A falta de oficinas de trabalho e atividades recreativas também se destacam entre as pautas abordadas pelos chefes de Estado que ocuparam o poder durante o período de funcionamento do hospício. (ODA E DALGALARRONDO, 2005).

O Hospital de Alienados de São Paulo manteve-se ativo em suas atividades até o ano de 1903 quando os seus internos foram transferidos para o recém-inaugurado Asilo de Alienados do Juquery (CAMPOS, 2011).

Imagen 1: Fachada do Antigo Hospital de Alienados de São Paulo, localizado no Parque Dom Pedro II



Fonte: Campos (2011)

3.2 Concepção

Em relação aos padrões de tratamentos estabelecidos até então às doenças de ordem mental, foram expostas ao longo das décadas anteriores por diferentes autoridades e chefes de estado a insatisfação com questões como o pouco espaço comparado à quantidade de internos, a falta de

atividades laborais e a necessidade do isolamento em relação aos grandes centros; essas problemáticas apontaram para a criação de um asilo de alienados nos moldes do que viria a ser o Juquery.

O Asilo de Alienados do Juquery foi concebido pelo então diretor do asilo de alienados da Várzea de Tabatinguera (nome dado ao Hospital de Alienados de São Paulo após mudar-se para a região de mesmo nome em 1864), o Dr. Francisco Franco da Rocha.

O jovem estudante de medicina se inspirou em diversos pensadores franceses, dentre eles Claude Bernard considerado o pai da medicina experimental; August Comte, filósofo considerado o precursor do positivismo; Benedict Morel, psiquiatra que versou sobre a degenerescência e seus desdobramentos em doenças mentais, Valentin Magnan que expandiu o conceito anos depois; e Jean-Martin Charcot, importante médico psiquiatra no campo da neurologia (DE OLIVEIRA, 2011).

Outro influente que fez parte da formação do futuro fundador da instituição foi o médico psiquiatra e pensador francês Philippe Pinel, considerado o pai da psiquiatria moderna de acordo com De Oliveira (2011). Para Pinel, a função que o hospício deveria exercer é de reconduzir à razão por meio da disciplina e para isso era fundamental a criação de espaços onde as pessoas que necessitassem de tratamentos pudessem ser isoladas do seu ambiente de costume (ODA E DALGALARRONDO, 2004).

Pinel e outros pensadores da época também apontaram para uma tendência no fim do século XVIII que é a defesa por formas de tratamento mais humanitário no que diz respeito à saúde mental desejando o não encarceramento dos internos e prezando pela convivência em liberdade – desde que em um ambiente contido e afastado do cotidiano fora do hospício (ODA E DALGALARRONDO, 2004).

Analizando o ponto de vista Pineliano, percebe-se que apesar de demonstrar uma evolução na maneira como o paciente psiquiátrico é enxergado e tratado, o padrão moralizante aponta para um caminho perigoso no que diz respeito ao diagnóstico daqueles que deveriam ser submetidos a tratamentos à medida que desviar da moral concebida à época pode representar, dentro dessa lógica apresentada, uma justificativa para ser submetido a tais tratamentos que se baseavam exclusivamente no isolamento social desses indivíduos. Visão que foi fundamental para a concepção do Juquery.

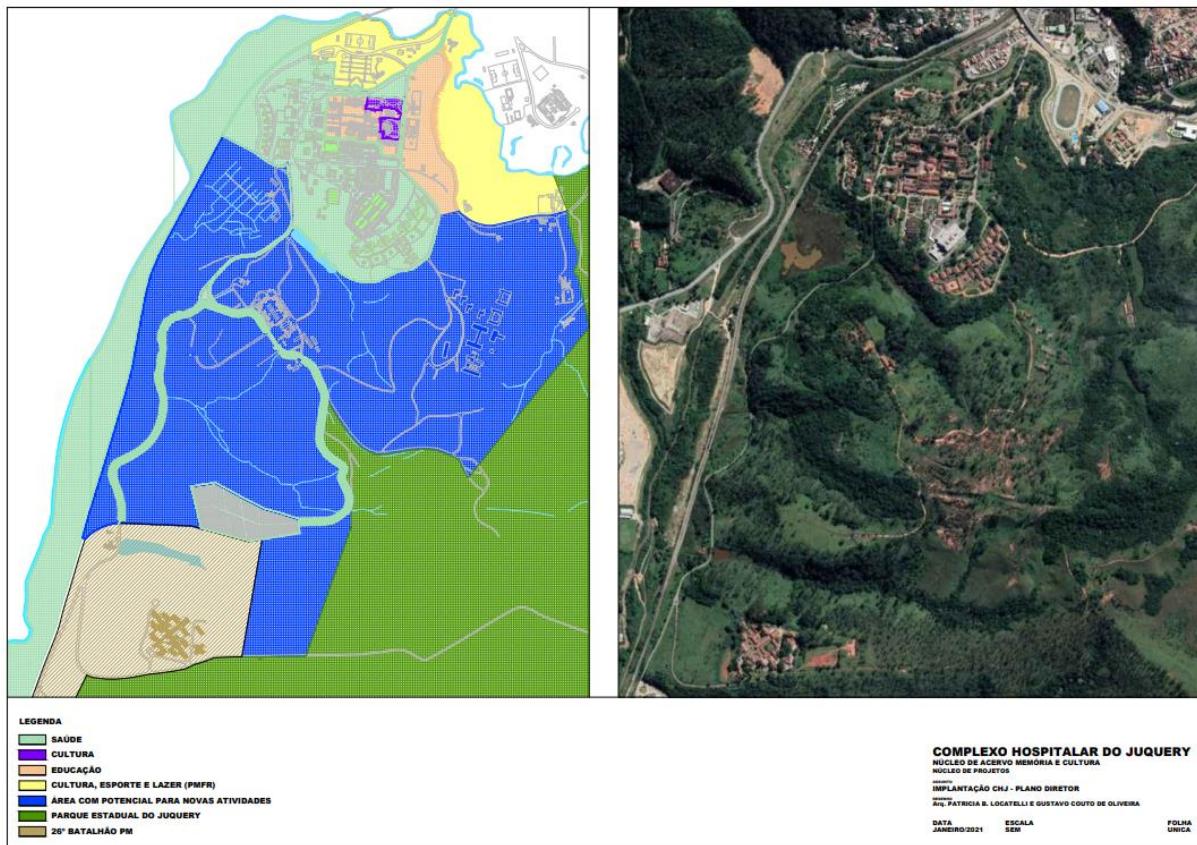
De todo modo, Francisco Franco da Rocha reuniu alguns elementos primordiais para a visão de tratamento da época: ocupação em terrenos distantes do centro ao mesmo tempo que oferecia facilidade no acesso graças à linha férrea que ligava o vilarejo ao centro da cidade e a proposta de atividades agrícolas dentre as ações de tratamento dos internos.

Após retornar à São Paulo como médico formado e se tornar diretor do Hospital de Alienados de São Paulo em 1896, Franco da Rocha vislumbra a criação de um novo espaço que pudesse oferecer um tratamento calcado nas teorias dos estudiosos em quem se espelhou. A partir desse desejo, passou então a denunciar a condição do hospital de São Paulo em veículos de comunicação através de artigos como forma de pleitear a construção de um novo hospital que pudesse dar conta das demandas atuais para o tratamento de pacientes com questões psiquiátricas (ODA e DALGALARRONDO, 2005).

Franco da Rocha teve êxito em suas reivindicações e em 1895 se iniciaria a construção do novo hospital. Como citado, o local que receberia o projeto do novo hospício deveria ser distante do centro da cidade, mas com certa facilidade no acesso, e ter territórios vastos para que fosse possível o desenvolvimento de atividades laborais por parte dos internos.

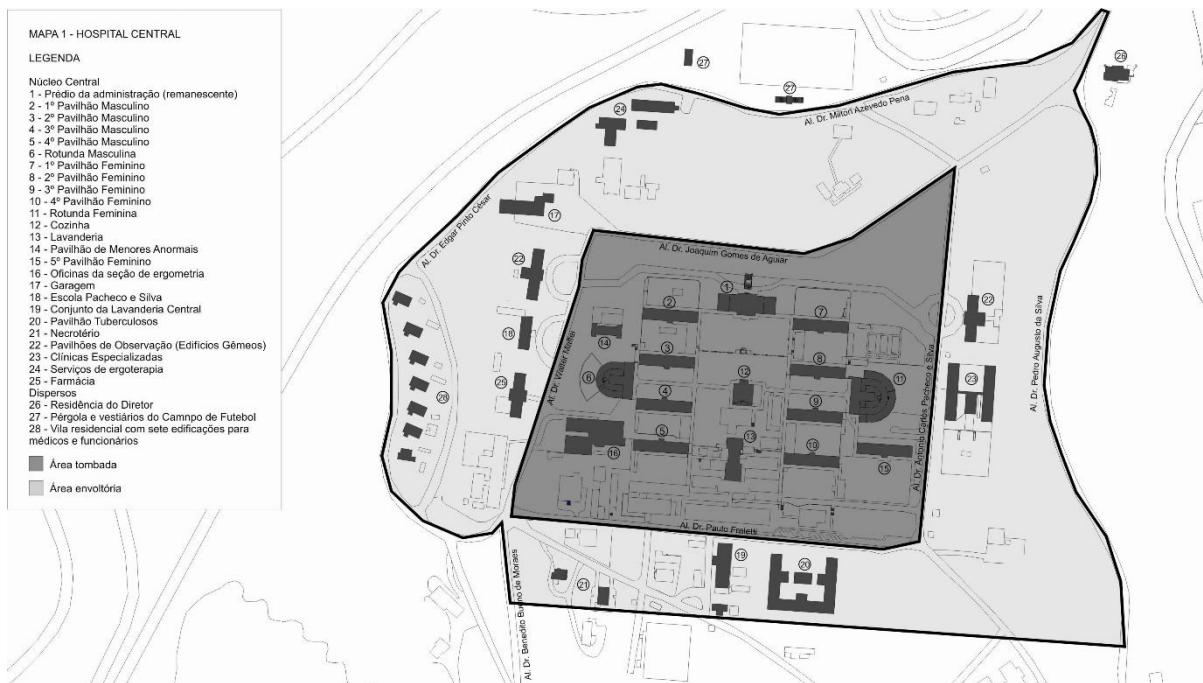
Atendendo aos requisitos elencados pelas autoridades da época, o vilarejo localizado entre São Paulo e Jundiaí, próximo à estação de trem Juquery, foi escolhido para abrigar o hospital que receberia o grande contingente de doentes psiquiátricos do estado. Segundo Pizzolato (2014), o local também foi escolhido por ter vocação para saúde e ser próxima à localidade que hoje corresponde ao município de Caieiras, onde se produzia materiais, como cal e pedra, que seriam fornecidos para as obras.

Imagen 2: Complexo Hospitalar Juquery



Fonte: Comissão de Ensino e Pesquisa – DT Núcleo de Comissões Hospitalares Complexo Hospitalar do Juquery, 2022.

Imagen 3: Hospital Central



Fonte: Comissão de Ensino e Pesquisa – DT Núcleo de Comissões Hospitalares Complexo Hospitalar do Juquery, 2022.

Imagen 4: Colônias



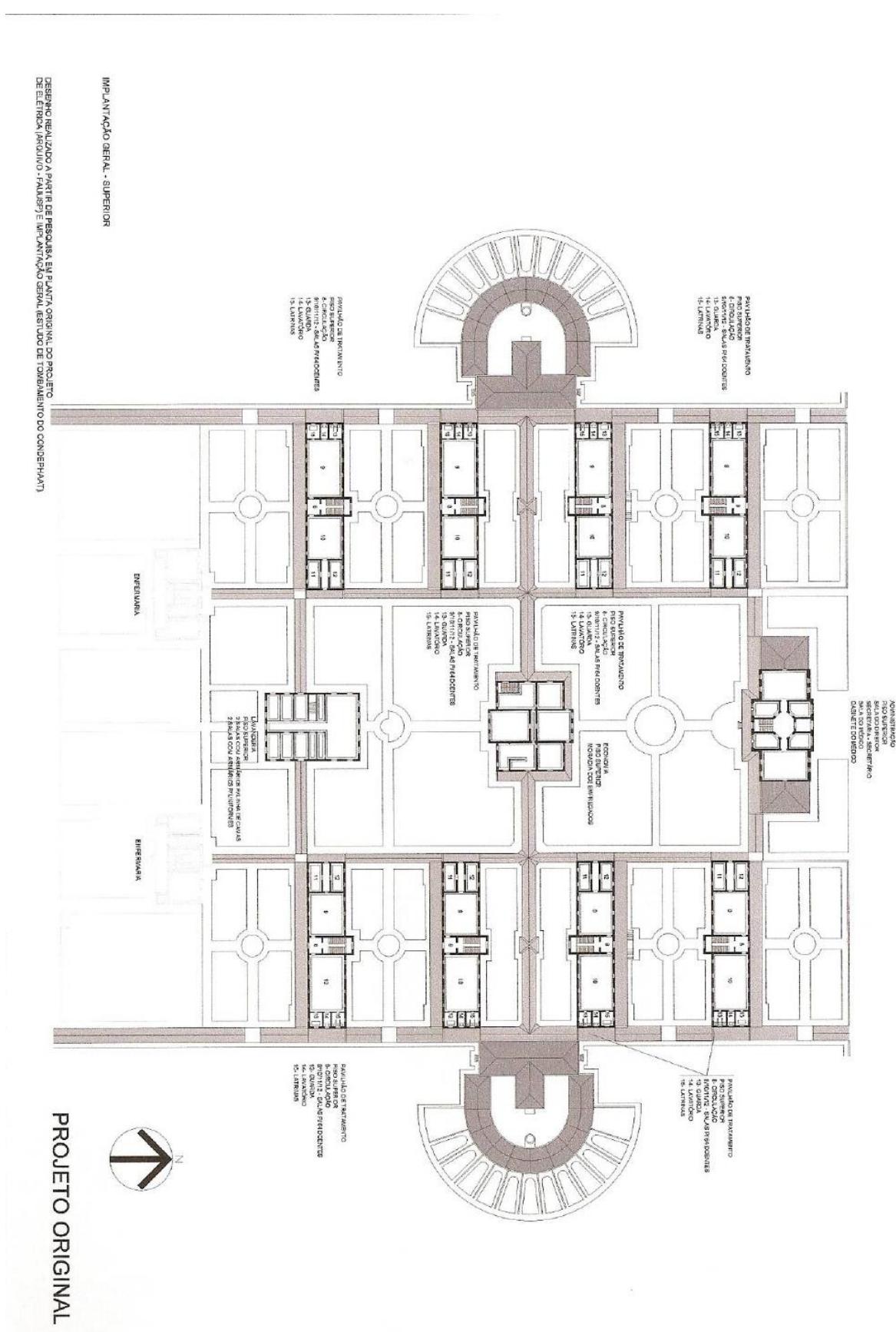
Fonte: Comissão de Ensino e Pesquisa – DT Núcleo de Comissões Hospitalares Complexo Hospitalar do Juquery, 2022.

3.3 Construção

A partir de 1895, iniciou-se os trabalhos para a construção do Asilo de Alienados do Juquery sob o comando do arquiteto Ramos de Azevedo – que, entre outras obras no currículo, viria a ser responsável pela projeção do Theatro Municipal de São Paulo.

O território adquirido para a construção do hospício corresponde a um total de 150 hectares e sua distribuição seguiu um modelo pavilhonar onde os pavilhões eram unidos por meio de grandes galerias cobertas.

Imagen 5: Reprodução do projeto original



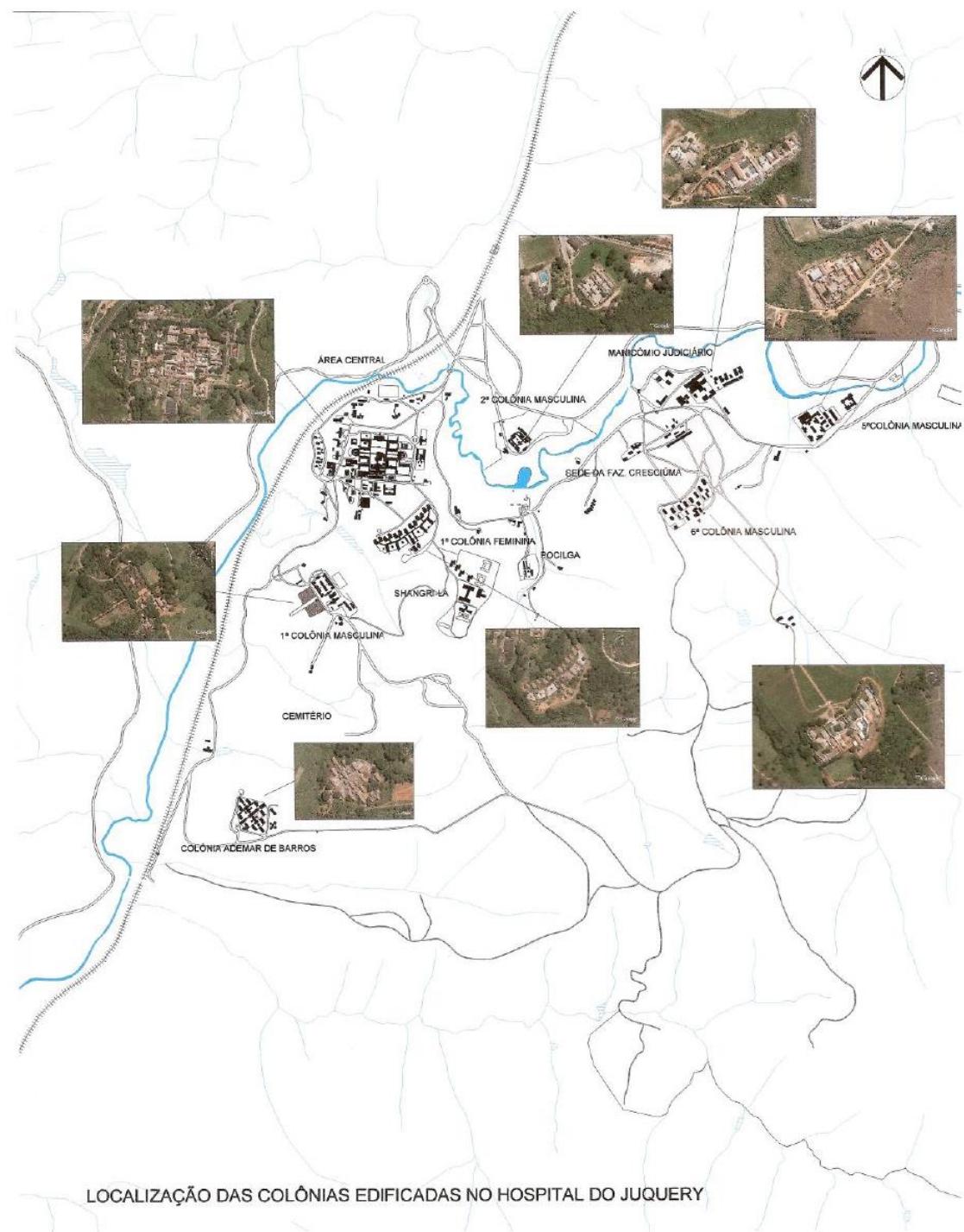
Fonte: PIZZOLATO (2008)

Como descrito por Pizzolato (2008), cada pavilhão recebia determinado perfil de paciente, havia a divisão por gênero e pelo nível de agitação dos pacientes. Havia também espaços destinados às atividades do dia a dia como refeição, lavatórios e espaço para banhos. Além dessas construções, há também o prédio da administração onde se concentravam os serviços burocráticos da instituição mais ligadas aos funcionários e a realização de exames, a enfermaria e as colônias.

Segundo Pizzolato (2008), no total, o asilo de alienados do Juquery era composto por oito pavilhões com três pavimentos cada, aqueles à esquerda eram ocupados pelas mulheres, e à direita pelos homens. A divisão entre os pacientes denominados “tranquilos” e “agitados” se dava pelos pavimentos por eles ocupados, onde as pessoas mais agitadas deveriam ser acomodadas no piso inferior e os demais ocupariam os dois pisos superiores.

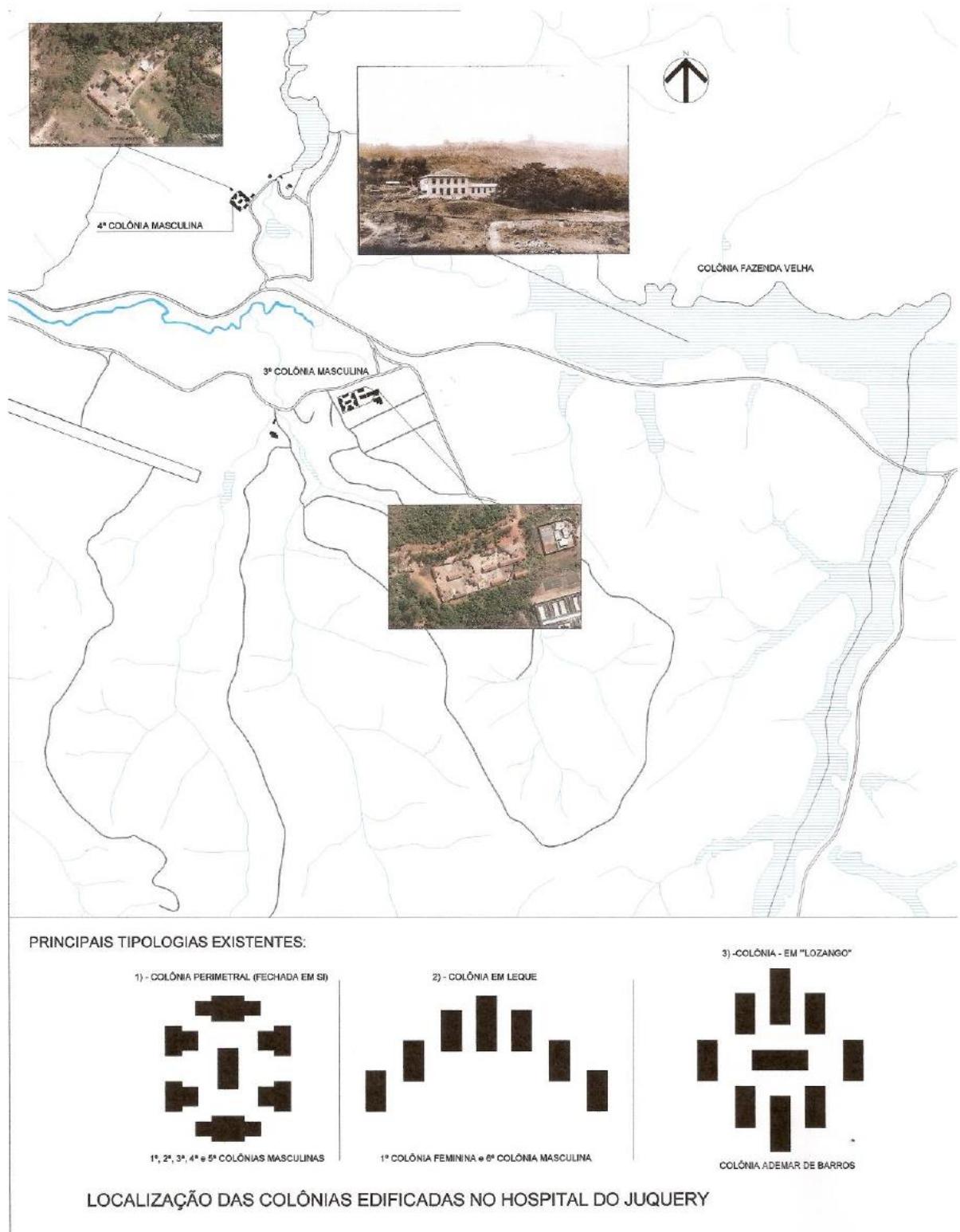
As colônias compõem o projeto de hospital e são parte fundamental do modelo de tratamento esperado para o Juquery. Elas são concebidas para ocupar territorialmente espaços mais afastados do hospital central, nesses espaços se concentram a criação pecuária e o plantio de diferentes espécies agrícolas além de possuir também habitações semelhantes a casas comuns para abrigar pacientes com distúrbios considerados mais graves, mas que ainda assim possuem condições de exercer trabalho braçal.

Imagen 6: Localização das colônias edificadas do Juquery – parte 1



Fonte: PIZZOLATO (2008)

Imagen 7: Localização das colônias edificadas do Juquery – parte 2



Fonte: PIZZOLATO (2008)

4 O FUNCIONAMENTO DO ASILO DE ALIENADOS DO JUQUERY

Para abordar como se deu o funcionamento do Asilo de Alienados do Juquery, o presente trabalho se debruça na apresentação das diferentes gestões expondo o corte temporal entre esses períodos e os elementos que caracterizam cada uma das administrações descritas abaixo.

4.1 A gestão do Dr. Franco da Rocha

Nascido em Amparo, São Paulo, em 1864, Francisco Franco da Rocha cursou medicina na Faculdade Nacional de Medicina no Rio de Janeiro e se tornou doutor em 1890. Ainda durante sua passagem pela capital carioca, Rocha teve seu primeiro contato com o ramo da Psiquiatria. Seu interesse pela área da psicopatologia resultou na atuação como residente no Hospital Dom Pedro II, com a indicação do Professor Teixeira Brandão (DE OLIVEIRA, 2011).

Urquiza (1991) afirma que a história da psiquiatria paulista começa com a chegada de Franco da Rocha em São Paulo. Sendo ele o primeiro psiquiatra na capital paulista, Rocha começa a trabalhar no Hospital de Alienados da Capital em 1895 e, com a morte de Frederico Alvarenga, se torna diretor da referida instituição, onde procura imprimir um clima médico de cuidados especiais, em consonância com Pinel (PEREIRA, 2003).

As contribuições de Franco da Rocha para mudanças na psiquiatria datam de antes de sua nomeação como diretor em 1896, como em 1892, com seu esforço para conseguir a construção de uma instituição moderna e adequada quanto às necessidades dos alienados, seguindo as diretrizes recomendadas pelo Congresso Internacional de Alienistas, realizado na França em 1889 (URQUIZA, 1991).

Tornou-se em São Paulo, porta-voz da ideia de cura, recuperação, regeneração, intrinsecamente ligadas ao século XIX e aos aspectos inerentes da sua formação, marcada pela teoria da degenerescência e pelo positivismo. A configuração da loucura como “doença especial”, o otimismo terapêutico, o hospício como um local médico voltado para a cura e para o “tratamento moral”, e a união no mesmo espaço de funções terapêuticas e da assistência, foram todos elementos considerados formulações do saber alienista pioneiro (CUNHA, 1986).

Pereira (2003), aponta que, debruçado sobre a proposta de criar uma instituição com moldes inovadores (para a época) na capital paulista, Franco da Rocha consegue o aval do estado para prosseguir e, em 1895 o projeto arquitetônico de Ramos de Azevedo inicia sua construção para o Hospício de Juquery.

Diferentes argumentos justificam a proposta do novo hospício e, ao mesmo tempo, precisam claramente seus objetivos essenciais. No curso do debate travado com os poderes constituídos e com a opinião pública, principalmente através da imprensa, Franco da Rocha vai alinhavando suas teses básicas. Em primeiro lugar, argumento essencial para vender sua proposta ao governo estadual, vinha a questão financeira que, pudicamente, se apontava então como meramente secundária diante do “bem-estar” dos doentes. Na verdade, esta é uma questão presente desde os primeiros relatórios assinados por Franco da Rocha no Hospício Velho, onde apontava a necessidade de baixar o custo/paciente, até os que tratam dos primeiros anos de existência do Juquery (CUNHA, 1986, pág. 114).

Em sua pesquisa, Urquiza (1991) elenca os pontos para o “tratamento da loucura” e os relaciona com a perspectiva de Franco da Rocha, como também com o Juquery, entre eles o afastamento, o isolamento, o repouso, a liberdade, o trabalho, a assistência familiar, o tratamento moral e a contenção. Pode-se entender que o Hospício do Juquery fez parte - importante - do processo de psiquiatrização da loucura em São Paulo, bem como apresentou formas concretas do trabalho alienista.

Ainda sobre as terapias de tratamento, a presente autora salienta a laborterapia, entendida como o uso da mão de obra dos internos para benfeitorias no hospício, adotada por Rocha no Hospital do Juquery desde sua inauguração, em 1898. O tratamento nas colônias agrícolas do Juquery, tinham objetivo de “harmonizar” a loucura pelo asilamento próximo à natureza, também com a reeducação pelo trabalho (SERRA, 2011).

No mesmo segmento, destaca-se a construção do asilo em uma área aberta e ampla, como fazendas e colônias, o que viabilizou uma assistência familiar mais adequada, que, por conseguinte, estabeleceu Francisco Franco da Rocha como percussor do regime de liberdade para alienados na América do Sul (DE OLIVEIRA, 2011).

Em síntese, Franco da Rocha organizou intervenções terapêuticas nos pacientes e, não obstante, buscou reintegrar socialmente aqueles que permaneciam internados. Contudo, o Juquery passou a sofrer de superlotação ao longo das duas primeiras décadas do século XX, o que culminou na quebra de expectativas do referido alienista no que concerne ao modelo de intervenção

terapêutica e o entendimento sobre as doenças mentais. Como efeito, buscou junto à administração Paulista na década de 1920, recursos para a construção de laboratórios de anatomia patológica, visando a incorporação de novidades na área científica, contexto no qual foi contratado Antônio Carlos Pacheco e Silva (TARELOW, 2010).

Considerando este panorama de ruptura de expectativas para com o próprio idealizador do Juquery, tem-se também críticas relacionadas ao papel fidedigno exercido pela instituição, conforme abaixo,

O Juquery constitui assim a instauração de um espaço médico para quem já não dispunha de espaço social, ou para indivíduos por diversas razões incapazes de adaptação às disciplinas exigidas pela vida e pelo trabalho urbano. Neste sentido, seus maiores contingentes populacionais eram fornecidos pelos resíduos da força de trabalho da cidade de São Paulo (CUNHA, 1986, pág. 186).

4.2 A gestão do Dr. Pacheco e Silva

Natural da capital paulistana e filho de aristocratas donos de terras na região de Campinas, Antônio Carlos Pacheco e Silva nasceu em 29 de maio de 1898 e teve sua formação primária em escolas tradicionais de São Paulo e de Paris, duas das cidades em que viveu durante sua infância concluindo seus anos escolares no Mackenzie College.

Em 1914, ingressou no curso de Farmácia na Universidade Livre de São Paulo, instituição privada já extinta; mas não chegou a concluir a graduação.

Tempos depois, em 1919, ingressou no curso de Medicina na tradicional Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro onde concluiu seus estudos e formou-se médico. Durante muitos anos, o padrão de ensino empregado na Faculdade de Medicina carioca esteve atrelado ao modelo francês que tinha por característica a valorização da relação entre o médico e o paciente. No final do século XIX, passou-se a ter como padrão o modelo alemão que se caracterizava por uma forte atuação em pesquisas laboratoriais e valorização da relação entre pesquisa e prática. É possível notar analisando sua atuação ao longo dos anos a influência que a formação calcada na escola alemã desempenhou no fazer médico de Pacheco e Silva tanto em suas produções científicas como nas instituições em que trabalhou. Como complemento em sua formação, o recém-formado em medicina ainda se especializou em neuropsiquiatria, tendo estudado tal especialidade em Paris (TARELOW, 2018).

Tarelow (2018) destaca dois elementos que descrevem Pacheco e Silva e podem ser interpretados como contraditórios: ao mesmo tempo em que sua criação era fundada na elite aristocrata e, portanto, era uma formação cultural em que predominava o conservadorismo, Pacheco e Silva se mostrava atraído pelo que havia de mais moderno em seu tempo.

Jovem, com 23 anos, e uma formação que o colocava em uma posição de destaque, Pacheco e Silva é contratado no ano de 1921 para trabalhar no Juquery dirigindo o Laboratório de Anatomia Patológica da instituição, cargo esse que alçaria sua carreira e o levaria a ser reconhecido a nível nacional e internacional como um dos principais psiquiatras. Dr. Franco da Rocha se tornou uma espécie de mestre para Pacheco que inclusive foi de fato aluno do então diretor do Hospício do Juquery durante o curso de Farmácia; Pacheco e Silva desempenhou um papel importante que foi o de trazer a pesquisa e os estudos anátomo-patológico para instituição que até então tinha pouca ou nenhuma atuação nessa frente centrando suas atividades no tratamento moral dos pacientes.

Apenas dois anos depois, o discípulo do Dr. Franco da Rocha foi escolhido pelo mesmo como seu sucessor na diretoria do Asilo de Alienados do Juquery e então, em março de 1923 Pacheco e Silva se torna o diretor de um dos maiores hospícios da América Latina.

Ao assumir a gestão, Pacheco emprega esforços para tornar o laboratório de biologia e anatomia patológica como um dos órgãos centrais da instituição. Além disso, os tratamentos estabelecidos por Franco da Rocha muito atrelado à laborterapia e ao tratamento moral, passa a ter um novo sentido sob o comando de Silva que se utiliza das funções exercidas pelos internos nesse modelo para gerar recursos para própria instituição.

No entanto, o novo gestor se deparou com um grande desafio da instituição que era a questão da superlotação. Aumentar a disponibilidade de leitos ofertados pelo hospital foi a primeira iniciativa mas sabia-se que não era o suficiente para sanar o problema.

Como já dava indícios no início da sua gestão, Pacheco e Silva inaugura uma nova fase na instituição transformando a abordagem terapêutica vigente até o momento e passando a privilegiar as pesquisas anatomicopatológicas no diagnóstico dos pacientes assim como nos mecanismos de tratamento. Como consequência desse novo momento da instituição, em 1925 foi aplicado pela primeira vez no Brasil a malarioterapia no Hospício do Juquery que é definida pelo dicionário Michaelis como a introdução do agente da malária para fins terapêuticos e tinha como característica provocar acessos de febre nos pacientes. Conforme descrito por Tarelow (2011), Pacheco e Silva conta que tal prática era usada pois ao observar os pacientes com a

Paralisia Geral Progressiva (PGP), que era resultante da Sífilis, notava-se que quando atingiam picos de febre e depois retomavam ao seu estado natural, havia uma redução nos sintomas psiquiátricos. Com esse novo método aplicado, iniciava-se então uma fase de tratamentos na instituição conhecidos como terapias biológicas e de choque.

Seguindo o mesmo padrão de tratamento, há ainda duas técnicas que podem ser destacadas durante a gestão de Pacheco e Silva: a insulinoterapia e a convulsoterapia.

Ambas eram recomendadas aos pacientes diagnosticados com esquizofrenia e, como descrito por Tarelow (2018), a primeira foi desenvolvida pelo psiquiatra austro-húngaro Manfred Joshua Sakelen quanto e consistia na aplicação de doses de insulina no paciente levando-o a um estado temporário de coma. Já a convulsoterapia se utilizava de técnicas de indução à convulsão para alterar o comportamento de pacientes esquizofrênicos.

Para Tarelow (2018), os resultados apontados para justificar o uso das terapias de choque são insuficientes pois tais técnicas foram aplicadas de forma experimental com pouco rigor ético se utilizando de indivíduos em geral pobres para testar práticas que não se havia material suficiente que legitimasse tal uso.

Ainda que fosse justificável pelos efeitos, a aplicação de técnicas tão agressivas e invasivas se mostra como uma violação do indivíduo e demonstra o processo de desumanização pelo qual as pessoas que passam a habitar esses espaços de tratamento são submetidas. É notável também a ausência de políticas e de legislação que verse sobre os direitos das pessoas acometidas por algum sofrimento mental, questão essa que só passa a ser pautada com o advento da Lei Antimanicomial, tópico que será abordado ao longo do presente trabalho.

Um movimento que deve ser relatado e, segundo Tarelow (2018), teve como líder Pacheco e Silva, foi a Liga Paulista de Higiene Mental que, como sugere o nome, se apresenta como um grupo de caráter higienista e eugenista no que diz respeito aos tratamentos no campo da saúde mental.

De acordo com Serra e Scarcelli (2014), pode-se entender a tese de eugenia como uma teoria que se mostrava contrária à miscigenação, sob o pretexto de que a manutenção da “raça pura” tinha um impacto sobre as qualidades físicas e intelectuais dos indivíduos. Tal tese pode ser percebida como uma ideia de cunho racista à medida que valida a segregação se apoando na ciência como justificativa pautando políticas públicas que iam de encontro a essa visão. Isso

também se refletiria no caráter higienista das instituições psiquiátricas e, no tocante a esse trabalho, na condução do Hospital do Juquery durante a gestão de Pacheco e Silva.

4.3 Arte terapia e Dr. Osório César

Osório Thaumaturgo Cesar nasceu em João Pessoa, na Paraíba, dia 17 de novembro de 1895. Aos 17 anos se mudou para São Paulo e, anos depois, se formou em odontologia. Em 1918 iniciou seus estudos na área da medicina e, em 1923 ingressou como funcionário no Hospital do Juquery, sendo efetivado como médico em 1925 (ANDRIOLI, 2003).

Embora não tenha se formado como psicanalista, o nome de Osório Cesar aparece intensamente relacionado à psicanálise. Como aponta Andriolo (2003) o estreitamento do referido tópico, que posteriormente é ligado às artes, é bastante explícito em seus trabalhos e estudos.

A notoriedade de Cesar nas áreas de psicanálise e arte é compreendida já em seu primeiro escrito, intitulado “Arte Primitiva nos Alienados”, publicado pela revista do Hospital do Juquery em 1925. No Brasil (pelo que se tem conhecimento), o trabalho de Osório é o segundo texto relacionado a tais conteúdos. Estes apontamentos, amparados em Andriolo (2003), corroboram para estabelecer o pioneirismo de Osório Cesar nas temáticas supracitadas.

Osório Cesar realizou esforços para incentivar a criação artística no hospital, realizar estudos, divulgar obras e artistas, colecionar peças, organizar exposições e difundir as artes do Juquery em acervos de museus, entre as décadas de 1920 e 1970 (RODRIGUES, 2021).

A repercussão dessas atuações em conjunto com outros trabalhos desenvolvidos na área da psiquiatria, cooperaram para a criação da Escola Livre de Artes Plásticas (ELAP) do Juquery entre 1940 e 1950 (iniciativa que funcionou até 1970). Ainda segundo Ribeiro (2019, pág. 1055), “Osório Cesar ingressou no Juquery com um olhar sensível para o cotidiano dos internos e passou a observar as manifestações artísticas nas dependências do hospital psiquiátrico”.

A criação do Museu Osório Cesar em 1985 foi resultado do acervo formado com as produções dos artistas do Juquery, pela professora Maria Heloisa Corrêa de Toledo Ferraz. Além disto, concebeu também no museu um atelier de artes, objetivando que a produção dos internos pudesse continuar (RIBEIRO, 2019).

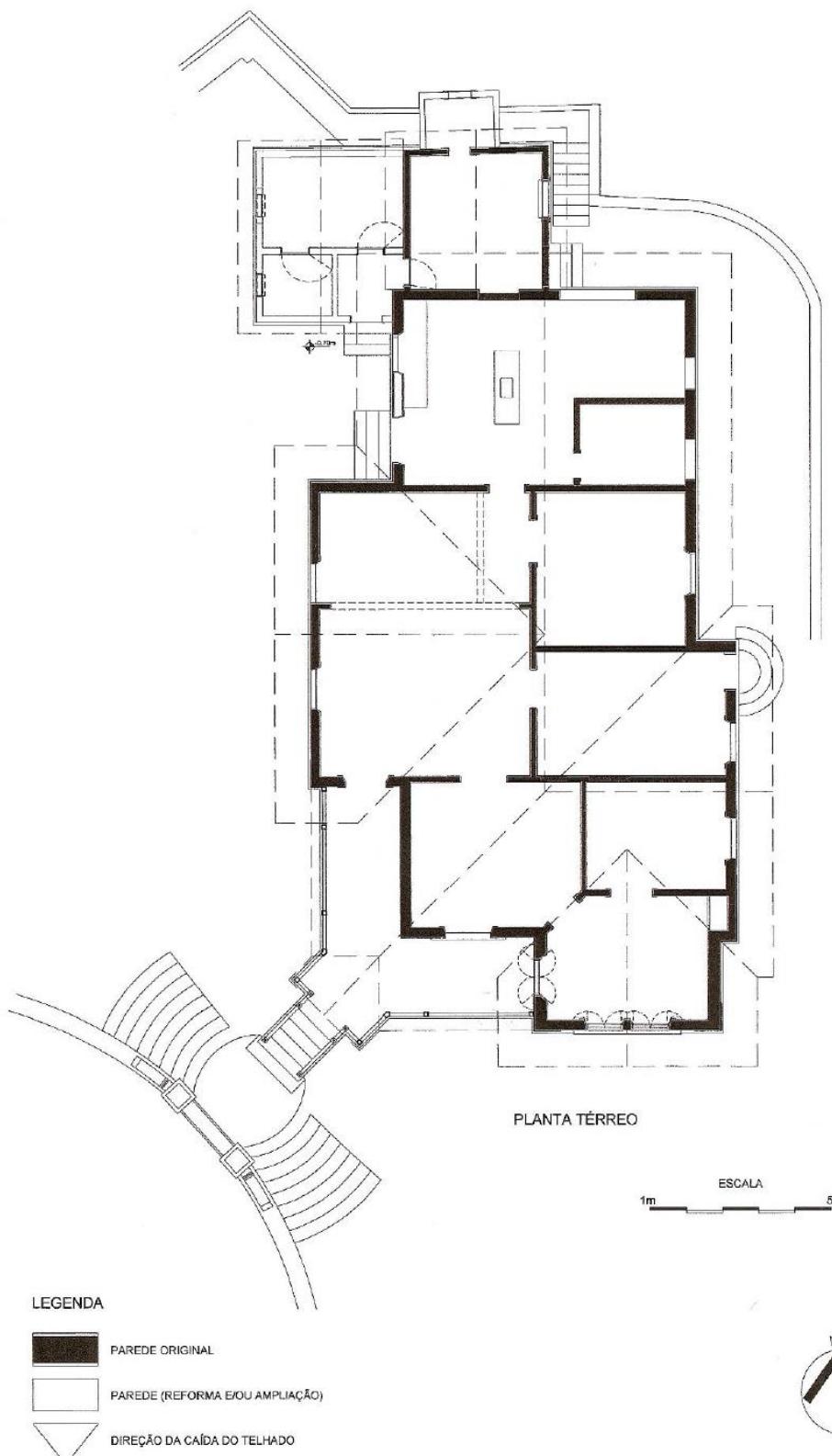
Ainda segundo Ribeiro (2019), o atelier de artes e o museu funcionaram até o começo dos anos 2000. Seu processo de reabertura foi iniciado apenas em 2013 pela Prefeitura Municipal de Franco da Rocha, com a elaboração de um projeto para restauro e reestruturação do museu. As obras de restauração tiveram início em 2017, tendo sua reinauguração em 2020 (hoje chamado de Museu de Arte Osório Cesar - MAOC, e localizado na antiga casa da diretoria do Juquery).

Sobre a participação de moradores locais e do acréscimo da palavra “arte” no nome do museu, o autor faz a seguinte reflexão

[...] entre 2017 e 2019, a Secretaria Municipal de Cultura organizou palestras e formações culturais, com a participação de moradores da cidade e pesquisadores, sobre a produção artística no Juquery, o médico e crítico de arte Osório Cesar, o médico Franco da Rocha, o Juquery e a cidade. Estes eventos contribuíram para uma aproximação com a população local e para gerar transparência sobre o processo de reabertura do museu, além de fomentar o debate sobre qual seria a melhor forma de apresentar o acervo. [...] A inserção da palavra “arte” evidenciou o caráter da instituição, que passou a ser apresentada como um museu das artes produzidas pelos internos do Juquery. Esta posição também reforça o entendimento destas produções como obras de arte (RIBEIRO, 2019, pág. 1056 e 1057).

Para além das interfaces da arte terapia como ferramenta de estudos para identificação de patologias, as produções dos internos do Juquery eram compreendidas por Osório como obras de arte e vistas também como trabalhos com potencial de comercialização para manutenção da ELAP, se configurando como um instrumento que permitisse a continuidade das produções. Em adição, Osório Cesar teve a percepção de assimilar que as técnicas ensinadas poderiam auxiliar os internos em suas reinserções sociais (RODRIGUES, 2021).

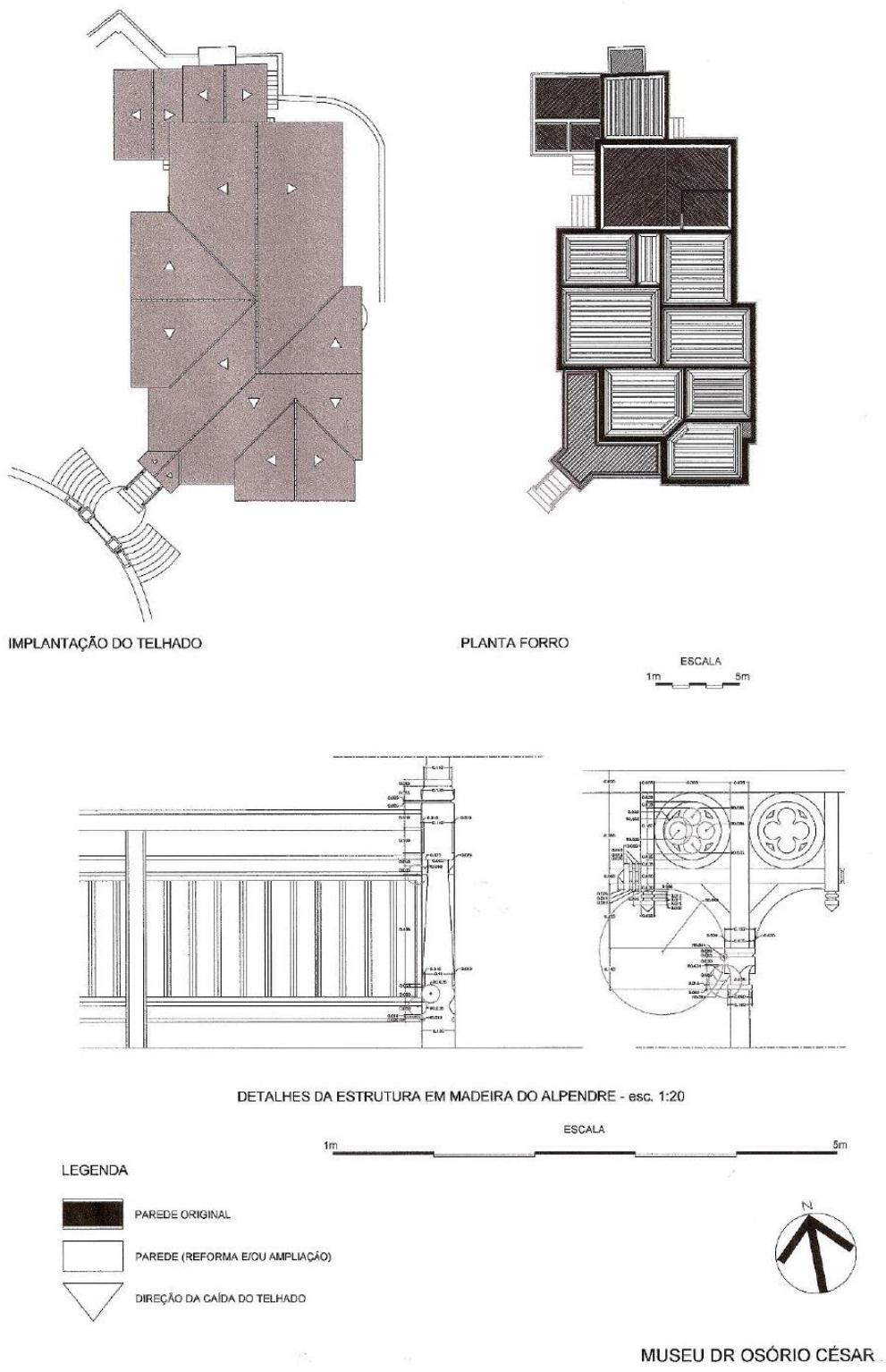
Imagen 8: Museu de Arte Osorio Cesar (planta térreo)



MUSEU DR OSÓRIO CÉSAR

Fonte: PIZZOLATO (2008)

Imagen 9: Museu de Arte Osório Cesar (implantação do telhado, planta forro e detalhes da estrutura em madeira do alpendre



Fonte: PIZZOLATO (2008)

5 DO ASILO DE ALIENADOS AO COMPLEXO HOSPITALAR DO JUQUERY

A compreensão do Juquery enquanto complexo e não mais como o asilo de alienados é dada por um fator simples que será destrinchado nos tópicos abaixo: a instituição deixa de ter o caráter asilar para qual ela foi construída e diante dessa nova interpretação do espaço passa a adotar uma outra nomenclatura.

5.1 A Luta Antimanicomial

Para o pleno entendimento a respeito da desativação do manicômio do Juquery, é necessário retroceder e entender movimentos que ultrapassaram as paredes dessa instituição em específico tocando em questões que dizem respeito ao padrão de tratamento psiquiátrico brasileiro de um modo geral. Tais movimentações, que culminaram no fim dos hospitais psiquiátricos, são essenciais para entender os rumos que tomaria o Juquery a partir dessas mudanças.

O presente capítulo busca apresentar o que foi a Luta Antimanicomial, qual a relação desse movimento com as reformas psiquiátricas que vigoram até hoje e como o Juquery se comportou diante desse novo cenário.

Ao decorrer dos anos, a existência de manicômios se mostrou inadequada com a evolução da visão terapêutica lançada sob o tratamento de pessoas que passam por algum sofrimento psíquico. Esse novo modo de olhar para o tratamento psiquiátrico tem um viés mais humanitário, de integração entre diferentes áreas – psicologia e assistência social principalmente, e está intimamente ligado à reforma psiquiátrica e à Luta Antimanicomial.

De acordo com Lüchmann e Rodrigues (2007), o Movimento Antimanicomial é caracterizado pela luta a favor dos direitos das pessoas que sofrem com alguma questão de ordem mental onde se entende que o isolamento da sociedade e a privação de liberdade não são o caminho adequado para o tratamento desses indivíduos. Essa mobilização, iniciou-se na década de 1970 a partir da organização dos trabalhadores do setor em busca de melhores condições de trabalho e de melhor assistência à população, esse grupo de trabalhadores engajados com a causa que passou a denunciar abusos e reivindicar direitos ficou conhecido como Movimento dos Trabalhadores de Saúde Mental (MTSM), tornando-se linha de frente nas discussões em torno da proposta de uma reforma psiquiátrica em que se pautava novas concepções de assistência às questões de saúde mental.

Do ponto de vista histórico-político, o Brasil passava por um período de regime militar marcado pelo conservadorismo e autoritarismo e o reflexo desse modelo de governo pôde ser visto dentro das instituições principalmente pelos abusos cometidos com os pacientes e o aumento de internos nos anos de 1970 que, segundo o documentário Juquery – Lugar Fora do Mundo produzido em 2021 pela *GloboNews*, chegou a atingir o número de 16.000 pacientes no período supracitado. Há indícios de que o Juquery durante o período da Ditadura (1964 a 1985) tenha recebido um contingente de presos políticos como internos da instituição, sendo então um agente colaborador do regime vigente.

Por outro lado, o movimento de redemocratização do país vai de encontro com a luta pela mudança e melhoria dos tratamentos voltados para a saúde mental, que ganha força à medida em que esse movimento avança.

Como descrito por Lüchmann e Rodrigues (2007), alguns eventos são considerados fundamentais para a evolução e consolidação do Movimento Antimanicomial, dois em especial podem ser vistos como um marco na história da luta para a extinção dos manicômios: a I Conferência Nacional de Saúde Mental e o II Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores de Saúde Mental, ambos realizados em 1987.

A I Conferência Nacional de Saúde Mental aconteceu em Brasília entre os dias 25 e 28 de junho do ano de 1987 e reuniu profissionais da área de diversas localidades e também outros atores da sociedade civil engajados em prol da causa. Segundo relatório final do evento, a partir dessa conferência, houve a recomendação da alteração de diversos padrões assistenciais no âmbito da saúde mental. Abaixo, algumas das mudanças propostas:

- **Priorização de um tratamento sem internação:** essa ação visa buscar outros caminhos para o atendimento psiquiátrico se baseando principalmente em atendimentos multidisciplinares com equipes plurais do ponto de vista das especialidades dos profissionais envolvidos. Tal prática acompanha o crescimento constante da Luta Antimanicomial tomando forma e se desenvolvendo de maneira mais efetiva nas políticas públicas.
- **Proibição da construção de novos hospitais psiquiátricos:** assim como o item anterior, essa ação ressalta o avanço dos movimentos por uma sociedade sem manicômios. Essa pode ser considerada uma intervenção primordial e um marco para o início de um novo modelo psiquiátrico que se estabeleceria no país.

- **Manutenção dos leitos psiquiátricos hospitalares existentes sem a criação de novos leitos:** reforça a construção de uma política que busca a desospitalização das pessoas que passam por tratamento psiquiátrico recorrendo a esses métodos em casos mais específicos e não como primeira alternativa que era a maneira que acontecia até então.
- **Priorização da assistência à saúde mental nos serviços de saúde geral:** a ressalva feita para a instalação de novos leitos se dá apenas se esses forem estabelecidos em hospitais gerais. Ainda nesses casos, se fez necessário uma atenção para que a presente ação não fosse de encontro com as reformulações no modelo de assistência que estavam sendo propostas para os hospitais psiquiátricos e não reproduzissem uma prática de segregação. A depender da demanda, os hospitais deveriam oferecer um programa especial voltado para as emergências psiquiátricas e a regulação das unidades de internação psiquiátrica se davam a partir do centro de saúde, ambulatórios e polos de emergência da rede pública. Isso tudo, sem perder de vista a busca pelo modelo de assistência que visa quebrar as práticas de internação hospitalar.
- **Reavaliação das unidades de internação existentes do ponto de vista da eficiência e qualidade no atendimento:** com essa ação, passaria a ter um controle severo sob as internações realizadas assim como o tempo que o paciente permanecia internado.
- **Atenção e um novo olhar para os internos dos hospitais psiquiátricos:** essa proposta não só aponta para as práticas futuras com os futuros pacientes, mas também observa aqueles que estavam inseridos na lógica anterior de tratamento psiquiátrico. A ideia era estabelecer um censo a fim de rever o contingente de pacientes dentro das instituições psiquiátricas onde quem fiscalizava eram os setores organizados dos trabalhadores de saúde mental. Outro ponto também abordado, é o desenvolvimento de um programa para a desinstitucionalização desses pacientes “crônicos” internados há muitos anos e a criação de locais ligados aos serviços de saúde mental que eles passam a habitar.

Após a disseminação dessas propostas, surgiram algumas iniciativas que colaboraram para a sua concretização. O ponto de partida para que tais mudanças no sistema de saúde mental acontecessem foi a criação do Sistema Único de Saúde, o SUS, em 1988 por meio da

Constituição Federal Brasileira que previa em seu artigo 196 a saúde como um direito de todos e dever do Estado. Mas foi em 1990 que foi de fato decretado através da Lei nº 8080 a criação do SUS (BRASIL, 1990).

Pouco tempo depois, no ano de 1989, Paulo Delgado, à época deputado federal por Minas Gerais, apresentou o projeto de lei que pautava a reforma psiquiátrica abordando os principais pontos discutidos pelo movimento naquele período (BRASIL, 2021). Apesar dessa grande articulação em torno da temática e intensa discussão, a Lei 10216 só foi sancionada no ano de 2001, doze anos depois de sua tramitação (BRASIL, 2001).

A lei em questão que também ficou conhecida como Lei da Reforma Psiquiátrica e Lei Antimanicomial, estabeleceu alterações importantes no sistema vigente, primeiro ao garantir e zelar pelos direitos das pessoas que sofrem de questões mentais. Outros pontos da lei que podem ser destacados são: a garantia de um tratamento humanitário e livre de abusos; a priorização do tratamento sem internações; a busca pela reinserção social dos pacientes; e a proibição de internações em instituições com características asilares, como os manicômios por exemplo.

5.2 Processo de desativação do Juquery

No que diz respeito particularmente ao Juquery e os efeitos da lei no seu funcionamento, a instituição passou a se adaptar à nova legislação e iniciou-se então o processo de desativação do espaço seguindo os novos padrões de tratamentos psiquiátricos. O hospital psiquiátrico deixou de receber novos pacientes e posteriormente, de forma gradativa, os internos passaram a ser encaminhados para equipamentos públicos de assistência psicossocial (LÜCHMANN; RODRIGUES, 2007).

A desinstitucionalização² dos pacientes passou a acontecer após a promulgação da lei e com esse marco foram criados aparatos para contribuir nesse processo como é o caso da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), as residências terapêuticas e programas que deram suporte à ressocialização desses internos.

² Termo comumente utilizado para se referir ao processo de saída de internos dos manicômios e instituições psiquiátricas

Segundo funcionária do Juquery, entre as ações para a reinserção dessas pessoas na sociedade, foram realizadas pesquisas sobre a família dos internos, que em grande parte dos casos estavam na instituição há muitos anos e já não tinham mais vínculo com os familiares. Pode-se destacar também programas do governo como o Programa de Volta para Casa (PVC) de ajuda de custo que, de acordo com o site do Ministério da Saúde “oferece auxílio à reabilitação psicossocial e é destinado às pessoas acometidas por transtornos mentais, com histórico de internação de longa permanência, a partir de dois anos ininterruptos, em hospitais psiquiátricos ou de custódia”.

Apesar do processo de transferências dos internos de Juquery para instituições terapêuticas ter sido iniciado ainda nos anos 2000, em acordo com o novo modelo de tratamento, foi apenas em 2021, 20 anos após a promulgação da lei que estabeleceu esses novos parâmetros, que a instituição se despediu dos seus últimos internos.

Em 2019, uma reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo* mostrou como viviam os últimos 57 pacientes que ainda habitavam o hospital do Juquery.

Quase dois anos depois, no dia 01 de abril de 2021, o hospital foi definitivamente desativado e testemunhou seus últimos nove internos serem transferidos para residência terapêutica localizada em uma cidade no interior de São Paulo.

Nesse intervalo de duas décadas entre o início e o fim dessa gradual desativação do hospital, é possível identificar algumas funções que o Complexo Hospitalar do Juquery assumiu que não se limitava à área da saúde e envolviam outras pastas como a de cultura, meio ambiente e segurança pública. No capítulo subsequente, serão destrinchadas algumas dessas funções que o espaço em questão passou a exercer.

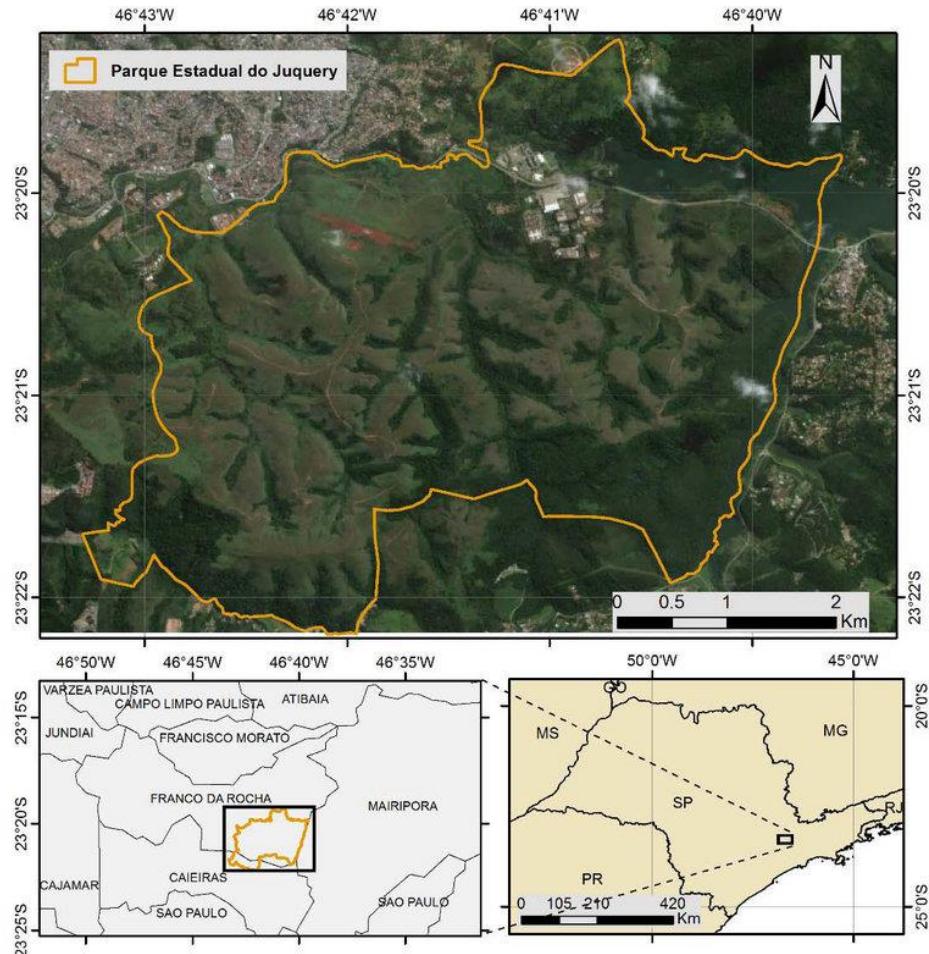
5.3 A transformação e o novo uso do espaço

Após a consequente desativação do Juquery enquanto manicômio fruto da Reforma Psiquiátrica pautada pela Lei 10216, o Complexo passou a ter uma gradativa mudança das suas atividades passando a promover ações para além da área da saúde. Nesse capítulo, será abordado sobre esses novos usos tanto dentro do espaço que hoje é compreendido como o Complexo Hospitalar do Juquery como de locais que pertenciam originalmente ao antigo Asilo de Alienados e foram cedidos à gestão de outras áreas.

Sabe-se que é grande a extensão de terras que correspondia ao projeto inicial do Hospício do Juquery em sua concepção no final do século XIX e da constante expansão da instituição ao longo dos anos com a construção das colônias e do manicômio judiciário como já citado nesse trabalho. No entanto, hoje o terreno original está dividido entre diferentes secretarias e cada uma com uma proposta de uso diferente: Secretaria Estadual da Saúde, Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Secretaria Estadual de Administração Penitenciária.

Sob a responsabilidade da Secretaria de Estado do Meio Ambiente está o território do Parque Estadual do Juquery. Criado no dia 05 de junho 1993 por meio do decreto estadual Nº 36.859 que determinava a partir de então a transferência das terras pertencentes à Secretaria Estadual de Saúde à Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SÃO PAULO, 1993). A área abrangida pelo parque é de 1.927,70 hectares e pode-se destacar como fator importante para sua criação a preservação dos mananciais, dos biomas da Mata Atlântica e Cerrado sendo considerado hoje o último remanescente preservado do Cerrado na região metropolitana de São Paulo (PORTAL DE NOTÍCIAS G1, 2021).

Imagen 10: área do Parque Estadual do Juquery



Fonte: Teixeira e Vieira (2018)

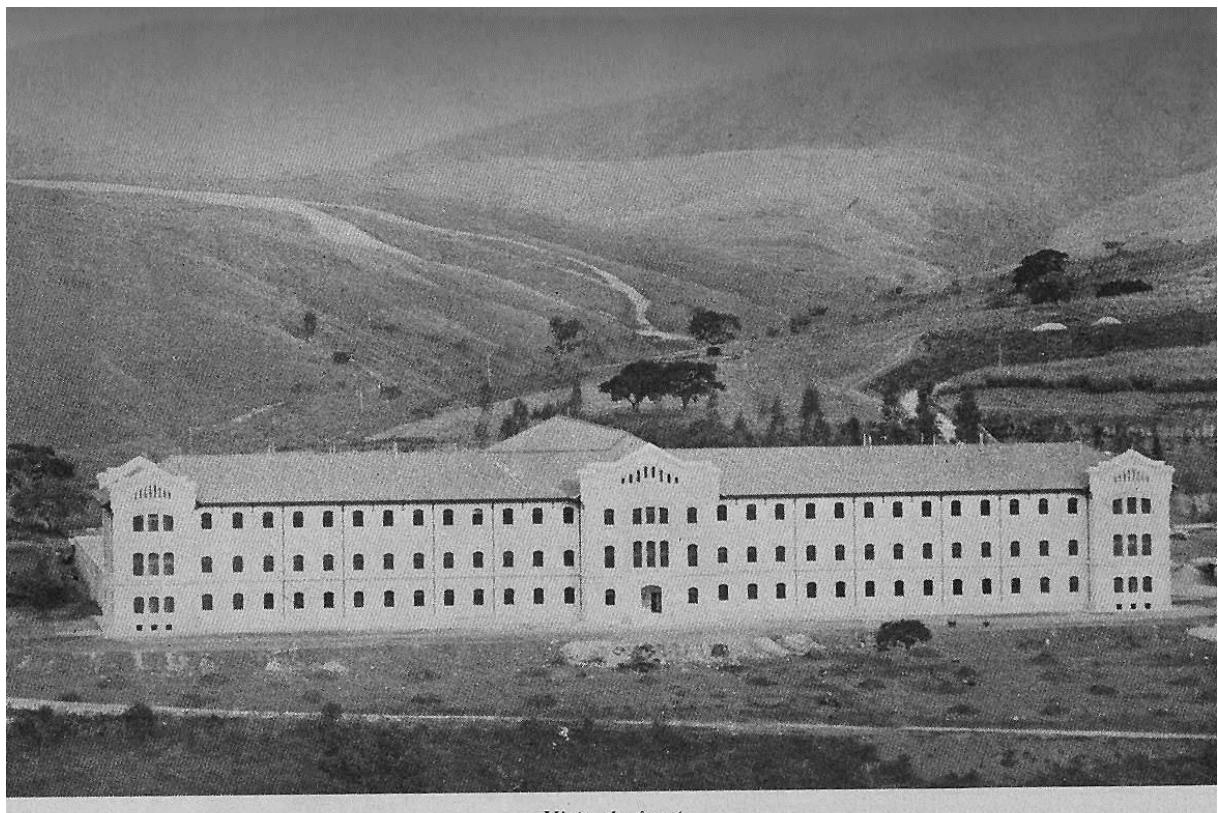
Já o espaço do antigo Manicômio Judiciário, destinado aos pacientes diagnosticados com algum distúrbio mental que haviam cometido algum crime, construído durante a gestão de Pacheco e Silva, anos depois passou a fazer parte da pasta da Secretaria de Administração Penitenciária. Segundo Costa (2017), após uma rebelião, a administração do Manicômio Judiciário que pertencia até então à Secretaria de Saúde passou a contestar a condução da instituição pela pasta da saúde e em 1985 por decisão judicial o presídio-manicômio passa a ser administrado pela Secretaria da Justiça. Entre idas e vindas nessa decisão, em 1993 o comando da instituição foi destinado à recém fundada Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) órgão responsável até hoje pela administração do antigo Manicômio Judiciário.

Agora sob o nome de Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico "Prof. André Teixeira Lima", o espaço segue recebendo pessoas que cometem crimes e são consideradas inimputáveis, ou seja, que não podem ser penalizadas segundo o código penal por conta de diagnósticos que as impedem de discernir um ato criminoso. Costa (2017) ainda ressalta o viés

punitivista que esses pacientes-detentos são tratados propiciando circunstâncias de desrespeito aos direitos humanos básicos tanto pelo isolamento em tais locais como também pela não garantia de condições mínimas de vida. Ela ainda destaca o fato de tal instituição não ser afetada pela Lei Antimanicomial e, portanto, não desfrutar das conquistas propiciadas por ela.

Além do antigo Manicômio Judiciário, o território antes pertencente ao Juquery (PIZZOLATO, 2008) também abriga o Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico II de Franco da Rocha e outras três unidades prisionais, a saber: Centro de Detenção Provisória Feminino de Franco da Rocha, Centro de Progressão Penitenciária de Franco da Rocha, e Penitenciária III de Franco da Rocha

Imagen 11: Manicômio Judiciário



Visto de frente

Fonte: Costa (2017)

Quando se trata dos territórios da Secretaria de Estado da Saúde (cerca de 6.000.000m²) há alguns equipamentos que ainda fazem parte do guarda-chuva da saúde, como o Hospital Estadual "Dr. Albano da Franca Rocha Sobrinho" e o Centro de Atenção Integrada à Saúde Mental (Caism). O primeiro, inaugurado em abril de 2011 de acordo com matéria do portal de

notícias G1, é hospital de referência para mais de 500 mil habitantes de Franco da Rocha e municípios do entorno oferecendo atendimento clínico, cirurgias de alta a média complexidade entre outros serviços, atualmente sob administração da entidade sem fins lucrativos CEJAM - Centro de Estudos e Pesquisas “Dr. João Amorim”.

O Caism, administrado pela mesma organização, oferece atendimento psiquiátrico clínico, ambulatorial, de emergência e entre outros. Local pensado como parte da assistência extra-hospitalar para implementar a aplicação na humanização e consequente desospitalização de crônicos internos (Pizzolato, 2014).

Imagen 12: Fachada do Centro de Atenção Integrada à Saúde Mental (Caism)



Fonte: autoria própria, 2022

No que diz respeito ao espaço que originalmente fazia parte do manicômio e permaneceu sob administração da Secretaria de Saúde compõndo o que hoje é o Complexo Hospitalar do Juquery, arquitetos e urbanistas passaram a pensar novos usos desse vasto espaço que extrapolavam os limites da área responsável por gerir a instituição.

5.3.1 O Complexo Hospitalar do Juquery

Segundo Pizzolato (2008), em 2006 um grupo de pesquisadores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) sob orientação do professor doutor Prof. Sylvio Barros Sawaya, liderou juntamente com a gestão do Complexo daquele período a construção de um Plano Diretor para o espaço que ia além do seu uso estrito para a área da saúde. O documento visava não só uma requalificação dos espaços existentes para o uso no campo da saúde, mas também propunha novas atividades no campo da educação e da cultura.

Ainda de acordo com Pizzolato (2008), em sua concepção inicial o plano de diretrizes para novos usos do Complexo tinha como norte as seguintes frentes: Hospital Quaternário, o Memorial do Tratamento Psiquiátrico e Referência, o Centro de Cultura Infantil e a Universidade.

Para o Hospital, pensou-se em um equipamento que atendesse a região nos moldes dos hospitais estaduais aliado à uma frente de pesquisas. Já para o Memorial foi idealizado um espaço nos prédios históricos em que pudesse garantir a memória da instituição, assim como parte da história da psiquiatria do país de um modo geral, e a aproximação da população de modo a se apropriarem desse passado que permeia a história da cidade e seus moradores. Para o Centro de Cultura Infantil, a ideia é semelhante ao do Memorial de trazer para as crianças a integração com o espaço e com as histórias desse local. No campo da educação, Pizzolato descreve a intenção de que o Juquery seja ocupado por instituições públicas, inicialmente a nível técnico, como uma FATEC, por exemplo; e num segundo momento por uma Universidade. Parte do que não foi implementado, se mantém na atualização recente do Plano Diretor.

Mais de dez anos depois da elaboração do Plano Diretor descrito acima, olhando para o atual momento da instituição é possível dizer que parte das propostas elaboradas pelo grupo foi considerada nas novas funções que o Juquery passou a exercer. Ainda que não plenamente, pode-se notar que os eixos que nortearam o referido plano de desenvolvimento se fazem presentes no atual uso do complexo.

De acordo com o Plano Diretor do Complexo Hospitalar do Juquery atualizado em 2019, as propostas de cada área se dividem no território seguindo a distribuição abaixo:

- SAÚDE (2.747.932,94m²)
- MEMÓRIA E CULTURA (5.372,55 m²)
- EDUCAÇÃO (70.934,67 m²)
- CULTURA, ESPORTE E LAZER (228.777,92m²)
- 26.^º BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR DE SÃO PAULO (5.212,64 m²)³

Embora a administração atual da instituição seja do governo estadual, segundo o gestor do núcleo de acervo, memória e cultura do Complexo Hospitalar do Juquery, a partir de 2013 com uma nova gestão municipal que passa a dar mais atenção à área da cultura, a instituição percebe os impactos no que diz respeito aos novos usos.

Apesar de já ter em seu Plano Diretor diretrizes que contemplavam o campo da cultura, com a gestão do novo prefeito Kiko Celeguim do Partido dos Trabalhadores (PT) e o estreitamento da parceria entre as esferas municipal e estadual do governo, há uma convergência para uma maior atenção ao campo supracitado. Ainda de acordo com um dos gestores do Juquery, com esse propósito por parte do poder executivo municipal, o Plano Diretor do Complexo Hospitalar do Juquery é atualizado dando um foco maior ao eixo da cultura. Revisando a atualização do documento feita no ano de 2019, é possível notar a presença marcante dos projetos ligados à cultura, mas também se percebe proposições no âmbito da educação.

Como consequência dessa valorização não só no município, mas principalmente dentro do Complexo, é possível destacar dois projetos que de fato reverberaram na instituição: o Museu de Arte Osório César e o Festival de Artes Soy Loco por Ti Juquery. Além desses equipamentos e atividades, também se destacam outros projetos ligados a cultura e à educação, como o acervo, a biblioteca e a recente creche instalada no terreno.

5.3.1.1 Museu de Arte Osório César

³ Essa informação foi colhida no decreto que versa sobre o referido batalhão da PM pois informação descrita no Plano Diretor (562.138,52 m²) em termos de dimensão destoa das demais áreas.
Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2001/decreto-46009-17.08.2001.html>

A história do Museu de Arte Osório Cesar pode ser analisada com uma separação temporal: de 1985 a 2006; e de 2018 adiante. Em 1985 o museu foi inaugurado no prédio que foi residência do Diretor do Hospital Psiquiátrico do Juquery, no que pode ser compreendido como a primeira fase do museu, perdurando até 2006, quando foi fechado pelo advento de um incêndio que aconteceu no Complexo Hospitalar do Juquery.

O Complexo Hospitalar do Juquery é estadual, e com o passar dos anos alguns prédios perderam a função original e, hoje em dia, muitos não exercem função social. Sua relevância patrimonial é reforçada pelo tombamento das fachadas pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat).

Como marco da segunda fase temporal, tem-se o processo de reabertura do espaço, que envolveu um contrato de cessão de uso ao município, além de ações que ocorreram em parceria com a Secretaria de Cidadania e Justiça de Franco da Rocha através de um edital, que objetivava restaurar o prédio e parte do acervo.

Para além do contrato de cessão de uso, a Prefeitura Municipal de Franco da Rocha criou a Lei nº 1.360/2018, que dispõe sobre “Criação do Museu de Arte Osório Cesar”, e cita em seu Art. 1º “Fica criado o Museu de Arte Osório Cesar, subordinado à Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer deste Município, com princípios, objetivos e organização previstos nesta lei” (FRANCO DA ROCHA, 2018).

Pode-se entender que esta ação por parte da prefeitura municipal tem dois efeitos principais: a primeira, conceber uma instituição também ligada ao lazer, corroborado pela relação com a Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer. A segunda, formalizar o uso da residência do Diretor do Hospital Psiquiátrico do Juquery como local de preservação e valorização do patrimônio histórico-cultural, bem como manifestar as rugosidades ali presentes, segundo ontologia de Milton Santos, legitimando as características históricas e temporais, para além das unilateralmente ligadas ao espaço físico e geográfico.

Segundo o(a) gestor(a) entrevistado(a), o museu conta com um acervo de aproximadamente 8.500 (oito mil e quinhentas) obras. Em uma rede social online de compartilhamento de fotos e vídeos, o perfil oficial do museu informou que já recebeu 10 mil visitas desde sua inauguração em 01 de dezembro de 2020.

O número de visitantes comprova a importância deste tipo de entidade na região, bem como legitima uma demanda latente de pessoas que buscam por acesso ao lazer e a cultura em territórios mais descentralizados de São Paulo, fator que ampara para o entendimento das áreas periféricas como importantes centros de cultura a nível de investimentos.

5.3.1.2 Festival de Artes Soy Loco por Ti Juquery

O Festival de Artes Soy Loco por Ti Juquery que foi concebido e teve sua primeira edição no ano de 2018, acontece nos espaços pertencentes ao Complexo Hospitalar do Juquery. Tendo o trabalho de Osório César como fio condutor, o evento, que é gratuito e aberto ao público, busca promover uma ocupação daquele espaço ressignificando-o através de apresentações artísticas de diversas áreas de expressão (música, artes visuais, teatro, circo, audiovisual, etc.), oficinas, palestras, rodas de conversas entre outras manifestações no campo da cultura. Além dessas atividades, a cada edição o festival promove uma residência artística que “busca um encontro entre diferentes olhares, linguagens e trajetórias artísticas, atravessado pela história do Juquery (SOY LOCO POR TI JUQUERY, 2022)”

O Festival ao longo dos cinco anos que ocorreu, teve sua programação dividida entre três e cinco dias por edição, chegando a atingir um público de mais de 3.000 pessoas durante os dias que ocorreram antes do ano de 2020 que marca o início da pandemia de covid-19 e a consequente pausa no evento em seu formato original.

O Festival precisou se reinventar e buscar outras formas de acontecer durante os anos de 2020 e 2021 que corresponde ao período mais agudo da pandemia de covid-19. Em 2020, as atividades geralmente presenciais concentradas no Complexo, se expandiram para o município através de diversas intervenções que chegavam aos municípios sem gerar aglomeração tais como o “Sarau Loucoesia” que percorria os bairros por meio de um carro de som, a produção e envio de postais pelo artista local Edmar Almeida e o vídeo-performance inspirado na artista plástica Aurora Cursino que compõe parte do acervo do Museu de Arte Osório César. Além disso, o Festival também promoveu o 2º Seminário Cultura e Saúde envolvendo estudiosos do Brasil e exterior na programação.

Já em 2021, com o início da vacinação contra a covid-19 e um cenário de maior abertura e flexibilização dos protocolos de segurança se desenhando, o evento aconteceu de forma híbrida

adotando ainda algumas práticas da edição anterior que extrapolou as atividades para além das fronteiras do Juquery sem deixar de usar o espaço que dá nome ao Festival e onde ele foi concebido. Essa edição também celebrou o marco que foi a transferência dos últimos pacientes que moravam nas dependências do Juquery para outras unidades terapêuticas e a reabertura do Museu de Arte Osório César (MAOC).

O ano de 2022 marca a retomada do Festival no mesmo formato em que ele foi concebido: predominantemente presencial, ocupando os espaços do Complexo Hospitalar e desenvolvendo atividades dentro das diversas linguagens artísticas. Nesse ano, a curadoria ressalta a participação circense no festival destacando a figura do palhaço para além do riso tendo também uma função social e, no caso do evento, associando-o com o louco e a loucura:

O arquétipo do palhaço também é associado à carta do Louco ou Bobo no Tarô, que é a carta número zero, ou seja, que pode ser colocada no começo ou no final da sequência de cartas: o Louco pode estar em tudo e em todo lugar, assim como o palhaço. Essa carta representa novos começos, inocência e espontaneidade. O Louco está livre das preocupações e das obrigações que todos nós temos: ele é um espírito livre vivendo no aqui e no agora. (SOY LOCO POR TI JUQUERY, 2022, p. 3)

Vivenciando o Festival nos anos de 2019 e 2022 e acompanhando virtualmente a programação nos anos de 2020 e 2021, a presente autora teve algumas percepções sobre o evento e a relação dele com o município.

Primeiramente, é notória a relevância dele para a cena cultural local à medida que reúne uma série de atividades envolvendo artistas da região e também de fora dela e dessa forma movimentando a economia criativa dentro do município. Essa pluralidade na programação, também proporciona vivências diferenciadas para os munícipes e população do entorno visto que a região da bacia do Juquery, apesar da força de ação dos coletivos locais, é uma região desprivilegiada de políticas públicas no campo da cultura que consigam atender a maior parte da população.

O evento também desempenha um papel importante ao convidar as pessoas para ocuparem o espaço pertencente ao Complexo Hospitalar do Juquery. Essa ocupação é essencial para despertar o sentimento de pertencimento e identificação com um espaço que está intimamente ligado com a existência do município e com toda a população de Franco da Rocha e região que

de diversas formas tem sua vida atrelada ao Juquery. Além disso, a ocupação por meio das artes contribui para desmistificar o estigma da loucura que é carregado tanto pela cidade como por quem mora nela ao trazer a questão da loucura de forma poética e às vezes bem-humorada, mas sem deixar de abordar com seriedade a temática de saúde mental unida à arte e à cultura e tornando próximo à população a história do Juquery.

O Soy Loco além de atrair população dos arredores, também se mostra como um chamariz às pessoas não-locais e assim se posiciona, tanto o evento como o próprio espaço do complexo, como um atrativo histórico-cultural da cidade.

Durante o Festival, alguns espaços do Complexo que não são abertos ao público habitualmente passam a permitir a circulação de pessoas se configurando também como um diferencial do evento. Embora o livre acesso a tais espaços deveria idealmente acontecer independente de um evento pontual, entendendo que não é possível, o Festival se apresenta como uma oportunidade dos visitantes conhecerem edificações e outras áreas de patrimônio do vasto território ocupado pelo complexo.

O Festival *Soy Loco por Ti Juquery* é idealizado e produzido pela Trapézio Produções Culturais, realizado pela Prefeitura de Franco da Rocha e correalizado pelo Museu de Arte Osório César (MAOC), Complexo Hospitalar do Juquery e Governo do Estado de São Paulo.

5.3.1.3 Outros projetos

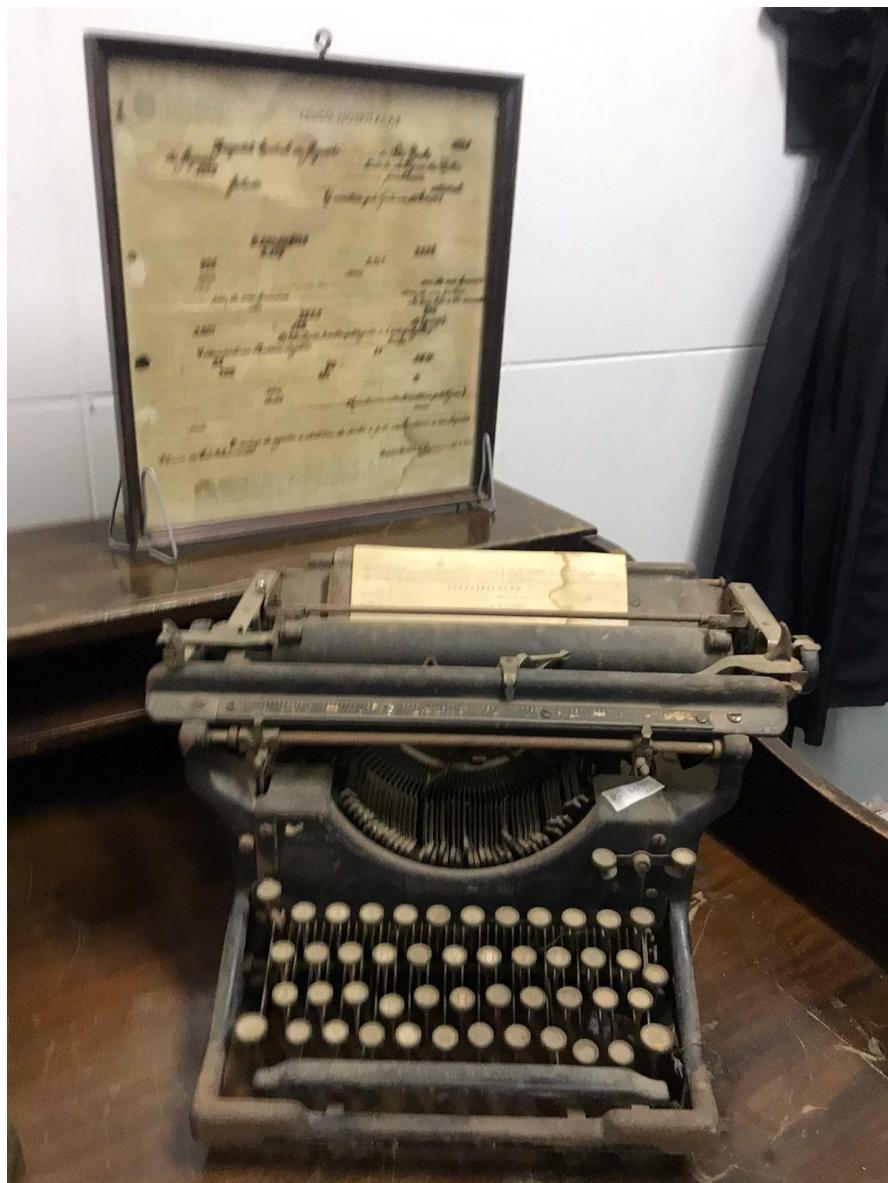
No âmbito da cultura, além dos equipamentos e atividades apresentados, é possível destacar como elemento importante o acervo da instituição que pelo seu caráter de preservação da memória se faz muito importante também para a educação.

De acordo com o Plano Diretor, o referido acervo contém desde itens de anatomia como por exemplo o cérebro de pacientes que passavam por autópsia, passando por prontuários (que está em processo de transferência para o Arquivo Histórico de São Paulo), equipamentos médicos, mobiliários antigo e desenhos arquitetônicos que trazem boa parte da trajetória de construção dos edifícios.

Durante a última edição do *Festival Soy Loco por Ti Juquery*, foi possível acessar esse acervo através de visitas guiadas e, segundo diretor do núcleo responsável por esses materiais, têm-se

a intenção de que esse espaço seja constantemente aberto a visitas, passo importante para acessibilizar parte da história do Juquery à população.

Imagen 13: máquina de escrever que compõe acervo da instituição



Fonte: autoria própria, 2022.

Imagen 14: Cadeira utilizada para cortar o cabelo dos pacientes que compõe o acervo da instituição



Fonte: autoria própria, 2022.

Já se tratando de educação, ainda que em intersecção com a cultura, há um equipamento que deixou de funcionar, mas que deve ser reativada, segundo o diretor do núcleo de Acervo e Memória, que é a biblioteca do Juquery.

Recentemente, outro passo no sentido da utilização do complexo para educação foi a construção e abertura de uma creche no espaço. A creche, construída em 2021, conta também com um espaço de playground, jardim e brinquedoteca e de acordo com a Prefeitura de Franco da Rocha atende 240 crianças em dois turnos.

Um processo importante de ser destacado que dá mais legitimidade à importância histórica do Complexo Hospitalar do Juquery é o seu tombamento pelo órgão estadual de patrimônio histórico o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT). Piccinini (2016) conta que o processo de tombamento do Juquery teve início em 1986, mas teve sua aprovação apenas em 2011, 25 anos depois.

Segundo publicação de 17 de maio de 2011 no Diário Oficial de São Paulo, “Fica tombado como bem cultural, de valor histórico, arquitetônico-urbanístico e paisagístico, o COMPLEXO HOSPITALAR DO JUQUERY, localizado à Avenida dos Coqueiros s/nº, centro do município de Franco da Rocha.” (SÃO PAULO, 2011)

5.4 A transformação do Juquery à luz de teorias sobre geografia e lazer

Tendo em vista todas as mudanças e transformações a respeito do uso do espaço em diferentes épocas e a transformação dele com a passagem do tempo no território do antigo Asilo de Alienados de Juquery, se faz relevante entender do ponto de vista geográfico e das teorias relacionadas ao território, de que forma as marcas do passado ecoam e influenciam no papel que determinado local desempenha no presente e desempenhará no futuro.

Existem inúmeras teorias relacionadas ao território, com diferentes abordagens e perspectivas. Discutir estas diversas vertentes seria impraticável, de modo que o presente trabalho se direcionou para aquelas que a autora julgou de maior relevância para esta discussão, tendo como ponto de partida a Geografia Crítica, ou Geografia Nova, com ênfase no caráter social do espaço como fenômeno.

Uma das iniciativas mais destacadas no que concerne a reformulação do conceito de espaço geográfico a partir da Geografia Nova é a realizada pelo filósofo e geógrafo Lefebvre, que entende o espaço como “realização do movimento dialético do devir da História. Como lugar de produção e reprodução do social” (SUZANO JUNIOR, 2022, pág. 217).

Schmid (2012) discorre sobre a presença das Ciências Sociais na “virada espacial” e a grande atenção destinada às indagações sobre o espaço, para além da Geografia, ligados essencialmente à urbanização e a globalização, que impuseram que novas geografias se desenvolvessem em diversas escalas. Tais aspectos espaço-temporais pediam por conceitos renovados sobre o espaço, em concordância com as condições sociais contemporâneas.

A teoria de produção do espaço de Lefebvre dialoga com este contexto, uma vez que integra as categorias de cidade e espaço em uma abrangente e única teoria social. Lefebvre aponta uma dupla análise do espaço, a linguística e a fenomenológica. A perspectiva linguística analisa o espaço tridimensionalmente com a “Prática espacial”, “A representação do espaço” e

“Espaços de representação”. A fenomenologia indica as três dimensões da produção do espaço que são uma tríade temporal, individual e social, constitutivas tanto da autoprodução do homem, como também da sociedade, sendo o “Espaço percebido”, o “Espaço concebido” e o “Espaço vivido” (SCHMID, 2012).

Em suma, Lefebvre apresenta a produção do espaço a partir de três dimensões que se interrelacionam dialeticamente. A melhor compreensão das contradições envoltas nas três dimensões supracitadas, estabelece possibilidades de transformação do espaço, “a partir de relações continuamente estabelecidas entre ações, pensamentos, significados e experiências” (VERSIANI, 2021, pág. 30).

Ao determinar o espaço como produto e produtor das sociedades, o conceito espacial lefebvriano abrange fenômenos visíveis e tangíveis, como também os aparentemente invisíveis e insensíveis, “permitindo o entendimento de que espaço é, sobretudo, lugar de embate ou dominância de ideologia(s)” (SUZANO JUNIOR, 2022, pág. 217).

Outro autor que, encabeçado pela Geografia Nova, propõe uma nova ontologia sobre o espaço é o brasileiro Milton Santos, com um conceito de que o espaço é um fator social, não apenas uma condição. Santos se distancia da definição de Lefebvre quando entende o espaço como o próprio meio em que se realiza o social, como possibilitador da sociedade, como subordinado-subordinante, não como produto e produtor, tal qual a visão lefebvriana. O entendimento miltoniano ressignifica o fator social e apresenta este espaço geográfico como de interesse às demais ciências sociais (SUZANO JUNIOR, 2022).

Ainda sobre o espaço miltoniano, tem-se o conceito de rugosidades, introduzindo o espaço como quadridimensional, ao inserir o tempo, além da altura, largura e profundidade. Neste sentido, as rugosidades conferem historicidade ao espaço de Milton Santos, e correspondem “às marcas ou aos vestígios no lugar – no espaço e também na paisagem – de objetos e de ações de tempos diversos, de um ou mais períodos e momentos históricos, de tempos anteriores e do atual estágio de desenvolvimento social, econômico, cultural e intelectual” (SUZANO JUNIOR, 2022, pág. 220).

Santos (2001), na obra “Por uma outra globalização”, faz uma afirmação particularmente interessante que ampara no entendimento das rugosidades,

[...] o mundo é formado não apenas pelo que existe nele (aqui, ali, em toda parte), mas pelo que pode efetivamente existir (aqui, ali, em toda parte). O mundo datado de hoje deve ser enxergado como o que na verdade ele nos

traz, isto é, um conjunto presente de possibilidades reais, concretas, todas factíveis sob determinadas condições (SANTOS, 2001, pág. 160).

Não obstante, as rugosidades, ao refletirem a superposição de tempos, elas denotam novos e outros “parâmetros de temporalidades, uma vez que cada novo conjunto de técnicas não apenas modifica a percepção humana sobre o tempo, mas condiciona novos usos do tempo” (SUZANO JUNIOR, 2022, pág. 221). Ainda segundo Suzano Junior (2022), esta teoria miltoniana contribuiu para campos além da própria Geografia, como a História - ao passo que demonstra um espaço que também é tempo - e ao pensar o espaço como fator social.

O lazer esbarra na mesma dificuldade de conceituação, segundo Versiani (2021), quando existe um distanciamento no imaginário social em relação ao que ele significa, sua dimensão como direito social, o que constitui, suas possibilidades de vivências, suas práticas e formas de vivenciar a cidade.

Pode-se relacionar o lazer com a dimensão espacial, ainda que este tenha outras dimensões que extravasam a perspectiva do espaço. Marcellino *et al.* (2007), discorre em seu texto sobre as associações entre lazer e o espaço urbano, principalmente no que concerne às cidades, a compreensão hegemônica de espaço urbano como bem econômico e suas implicações com a oferta de lazer.

Marcellino *et al.* (2007) ainda explana sobre os interesses imediatistas do lucro sob a urbanização e o espaço, através de uma visão utilitarista. O resultado é a falta de espaço para o lazer, no ponto de vista do encontro humano, e a configuração de equipamentos para o lazer-mercadoria. Observa-se então, nas grandes cidades, a falta de oportunidades espaciais para a convivência, e a insuficiência para permitir o exercício mais efetivo das relações sociais.

Não se pode deixar de citar o lazer como uma ferramenta poderosa sócio-transformadora, de potencialidade crítica e capacidade emancipatória, quando mais próximo de exercer a função de uma atividade educativa e, possibilitar ao indivíduo a apropriação das objetivações que estabelecem o patrimônio comum da humanidade (OLIVEIRA, 2016).

À luz de todas essas conceituações abordadas acima, é possível traçar paralelos com as dinâmicas ocorridas no território do Juquery. O capítulo a seguir, além de trazer considerações finais gerais sobre o trabalho, vai se debruçar sobre essas relações entre teoria e prática do objeto de estudo.

6 DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao falar sobre as rugosidades conceituadas por Milton Santos, pode-se estabelecer relações entre o conceito e o Juquery à medida em que se entende aquele território como um espaço vivo e marcado pelas ações do tempo. Enquanto tem em seu passado marcas de violações de direitos, abusos e sofrimento; o Complexo Hospitalar do Juquery se apresenta no presente com atuações que expressam suas novas vocações no campo da arte, cultura, educação e lazer (sem desconsiderar ainda, sua atuação na saúde) passando a imprimir novas marcas para o espaço e ressignificar tudo que ele representa por meio desses novos eixos de atuação.

Ainda na lógica do pensamento miltoniano, o Juquery (objeto de estudo), apresenta notadamente como as marcas do tempo ajudaram a delinear novos usos para o local. Ao longo dos anos, as finalidades do complexo foram redesenhadas de acordo com necessidades recém adquiridas do ponto de vista social, não alterando, mas ressignificando o espaço em convergência com suas características geográficas e históricas. O Museu de Arte Osório Cesar é um exemplo de como um equipamento de lazer conseguiu emergir no complexo, em coerência com as rugosidades ali presentes, uma vez que possui o caráter ímpar de possuir como acervo obras diretamente ligadas aos internos do hospital.

Se tratando do Juquery enquanto possibilidade de lazer para a cidade e região, nota-se que esse equipamento foge da lógica do lazer enquanto mercadoria descrita por Marcellino *et al* (2007) e se aproxima de uma proposta mais centrada na valorização da história e memória do espaço. Além da importância histórica exercida pela instituição no âmbito nacional, ao olhar para o território em que ele se localiza e seu entorno, percebe-se uma importância ainda maior à medida em que o Juquery enquanto espaço de lazer e cultura se configura como uma das poucas ofertas naquela região. Por outro lado, do ponto de vista hegemônico, também pode ser visto enquanto um equipamento descentralizado, já que está localizado em região periférica, que se destaca pela sua singularidade, tendo potencial de atrair visitações para além das pessoas pertencentes à região.

Diante do que foi exposto ao longo desse trabalho, pode-se ter uma ampla visão da trajetória do Juquery desde sua concepção; das diferentes gestões da instituição, com maior ênfase nas duas primeiras – do Dr. Franco da Rocha e do Dr. Pacheco e Silva; das transformações que foram fruto da evolução do pensamento acerca do tratamento psiquiátrico; culminando nas novas funções que o antigo manicômio passou a exercer.

Ao explanar os tópicos que descrevem a primeira fase do Juquery, foi possível perceber que o passado da instituição é marcado por pioneirismos, mas também por contradições. Ao mesmo tempo que é inegável o papel do Juquery enquanto precursor de novas visões no tratamento psiquiátrico, é impossível dissocia-lo das práticas desumanizadoras de cunho eugenista e racista que aconteceram lá. Ainda que a análise destes acontecimentos deva ser feita tendo em vista o contexto histórico e a evolução científica da época, é inevitável tecer críticas a respeito da condução da instituição tanto no que diz respeito a essas técnicas que nos dias de hoje indiscutivelmente são condenáveis como nas contradições detectadas entre proposta e prática das gestões.

Analizando por exemplo a direção do Dr. Franco da Rocha, essas contradições são percebidas pela idealização de um modelo de instituição que é proposto para suprir as demandas de atendimento psiquiátrico de longa duração no estado e estabelecer novas práticas de tratamento se apresentando como uma solução para substituir uma instituição em condições de insalubridade, superlotação e tratamento precário, mas que em pouco tempo passa a reproduzir tais problemáticas condenáveis.

A característica moralizante do modelo de tratamento adotado por Franco da Rocha espelhado em Philippe Pinel, também é suscetível de questionamento pois demonstra pouco rigor no diagnóstico de um paciente dando margem para a reprodução de avaliações de cunho discriminatório já que desviar do que era moralmente correto à época era razão para ser considerado passível de tratamentos psiquiátricos baseados no isolamento da sociedade.

Se tratando da gestão do Pacheco e Silva, ela acumula alguns pioneirismos em suas práticas na mesma medida que acumula procedimentos problemáticos do ponto de vista ético. Foi sob o seu comando que os primeiros tratamentos de choque aconteceram no Brasil e com a figura de Silva na liderança que se fortaleceu práticas e pensamentos eugenistas nos cuidados aos pacientes psiquiátricos. Ambas as práticas, hoje contestadas, que na época se mostraram de alguma maneira inovadora, apresentam diversas problemáticas no campo da ética e no viés da efetividade tendo em vista os resultados obtidos por estas práticas que não se mostram suficientes para justificá-las.

A quebra dessas práticas de cunho moralizante e punitivista se dá por uma gestão que inova ao ver na relação entre arte e loucura um caminho de alívio aos sintomas e questões psiquiátricas que acometiam os pacientes da instituição. Osório César imprime sua marca naquele espaço que é vista e admirada até os dias atuais ao propor o tratamento por meio da arte e tal expressão

como técnica possível para identificar patologias, além de humanizar essas pessoas que por muito tempo foram submetidas exclusivamente a tratamentos desumanizadores.

No que diz respeito ao segundo momento da instituição, pós Lei Antimanicomial, pode-se notar um movimento progressivo no que tange às novas atribuições do complexo e ressignificação do espaço. No primeiro momento, já é possível ver um avanço ao se pensar em propostas de ocupação que fogem do seu caráter inicial e estabelecer tais proposições em um plano que seria norteador para os rumos da instituição. E, no espaço de pouco mais de quinze anos, ao revisitar essas diretrizes estabelecidas no plano diretor pode-se perceber avanços e estagnações ao atual momento do Juquery.

Na área da cultura, nota-se um desenvolvimento para além das ações previstas em plano assim como um olhar mais atento para essa frente. Muito embora tenham ações que constavam no plano e não foram executadas, como por exemplo o memorial do Juquery, há iniciativas como a do Festival Soy Loco por Ti Juquery e até mesmo da reabertura do Museu de Arte Osório César que qualificam a atuação do espaço no âmbito da cultura, incentivam constantemente a ocupação desse espaço e suscitam discussões acerca de saúde mental e arte.

Essas atividades demonstram um importante avanço para a ressignificação do espaço e para o despertar de um sentimento de pertencimento para a população do entorno, mas ainda há um caminho a ser percorrido para o incentivo da ocupação desse território. Nesse sentido, há duas ações que podem ser consideradas como pontos a serem melhorados: a disponibilização e divulgação do acervo e o desenvolvimento de atividades educativas.

A primeira, pode ser entendida como um meio de dar acesso à história do Juquery e reforçar o caráter público e a função social que a instituição pode exercer, sem desconsiderar suas camadas geográficas, históricas e temporais. O segundo ponto que tange à cultura, mas não predominantemente, está também atrelado ao legado e memória, e impulsiona as atividades desenvolvidas como ferramentas de lazer com poder emancipatório em consonância com Oliveira (2016) e Marcelino *et al* (2007), ao se configurar como uma opção de lazer contra hegemônico. Ainda sobre a segunda, nota-se que teve pouco avanço apesar de desempenhar um papel importante no desenvolvimento e formação dos indivíduos e poucas ofertas a nível superior no entorno.

Entende-se assim que através do presente trabalho foi possível compreender em que contexto social o Asilo de Alienados foi concebido, quais os desdobramentos da construção desse hospital e como a modificação do padrão de tratamento alterou radicalmente as funções do

referido espaço. Como principal ponto para contribuições acadêmicas futuras, a presente autora aponta a revisão do plano diretor para detectar ações factíveis nos diversos eixos propostos, com ênfase na cultura e lazer, que já demonstraram poder de iniciativa e participação dos autóctones.

REFERÊNCIAS

- ANDRIOLO, Arley. A "psicologia da arte" no olhar de Osório Cesar: leituras e escritos. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 23, p. 74-81, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/HPXhN9R7LSYnXKrtRwvrbN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 de outubro de 2022.
- BRASIL. Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Congresso Nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8080.htm. Acesso em: 13 de novembro de 2022.
- BRASIL. Lei nº 10.216 de 06 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. **Congresso Nacional**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm. Acesso em: 12 de novembro de 2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Biblioteca Virtual em Saúde. **18/5 – Dia Nacional da Luta Antimanicomial**. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/18-5-dia-nacional-da-luta-antimanicomial-2/>. Acesso em: 26 de outubro de 2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde – SAPS. **Programa de Volta para Casa**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programa-de-volta-para-casa>. Acesso em: 29 de outubro de 2022.
- BRASÍLIA. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. **Imputabilidade Penal**. Disponível em: <https://www.tjdf.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/imputabilidade-penal>. Acesso em: 02 de novembro de 2022.
- CAMPOS, Eudes. **Hospitais paulistanos:** do século XVI ao XIX. INFORMATIVO ARQUIVO HISTÓRICO DE SÃO PAULO, 6 (29): abr/jun.2011. Disponível em: <http://www.arquivohistorico.sp.gov.br>. Acesso em: 17 de agosto de 2022.
- CEJAM. Cejam, c2022. Hospital Estadual "Dr. Albano da Franca Rocha Sobrinho". Disponível em: <https://cejam.org.br/onde-atuamos/franco-da-rocha/hospital-estadual-dr-albano-da-franca-rocha-sobrinho>. Acesso em: 02 de novembro de 2022.
- Conferência Nacional de Saúde, 8., Brasília, 1987. I Conferência Nacional de Saúde Mental: relatório final/ 8. Conferência Nacional de Saúde. – Brasília: Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1988 43 p. – (Série D. Reuniões e conferências, 5)
- COSTA, Maria Izabel Sanches. Política de saúde-política de segurança: manicômio judiciário, entre o hospital e a prisão. **Revista do Arquivo, São Paulo, Ano II**, n. 5, p. 144-160, 2017. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/05/artigo_11.php. Acesso em: 02 de novembro de 2022.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. O espelho do mundo. **Juquery, a história de um asilo**, 1986.
- DE OLIVEIRA, William Vaz. Um Pinel à brasileira: Franco da Rocha e a reorganização da assistência a alienados na cidade de São Paulo. **Revista Cantareira**, n. 15, 2011. Disponível

em: <https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/27881/16289>. Acesso em: 01 de setembro de 2022.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2018.

FRANCO DA ROCHA. Infraestrutura. Com mais de 80% da obra concluída, creche do Juquery está em fase de acabamento. **Prefeitura Municipal de Franco da Rocha**. Disponível em: <https://www.francodarocha.sp.gov.br/franco/artigo/noticia/9997>. Acesso em: 12 de novembro de 2022.

FRANCO DA ROCHA. LEI Nº 1.360/2018, de 15 de outubro de 2018. Dispõe sobre a Criação do Museu de Arte Osório Cesar. **Prefeitura Municipal de Franco da Rocha**. Disponível em: <https://www.francodarocha.sp.gov.br/franco/servico/lei/7883>. Acesso em: 11 de novembro de 2022.

JUQUERY - LUGAR FORA DO MUNDO. Direção: Alex Tajra. Produção: Fátima Baptista. Brasil: GloboNews, 2021. Globoplay.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn; RODRIGUES, Jefferson. O movimento antimanicomial no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, p. 399-407, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/tx6gNG9GDzdh8wLcj3DW9px/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 de outubro de 2022.

MACHADO, Lívia. Santa Casa deixa administração de hospital em Franco da Rocha. **G1 São Paulo**, 29 de setembro de 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/07/santa-casa-deixa-administracao-de-hospital-em-franco-da-rocha.html>. Acesso em: 02 de novembro de 2022.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Espaços e equipamentos de lazer em região metropolitana: o caso da RMC-Região Metropolitana de Campinas. 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/128013/espacosEquipamentos.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 de novembro de 2022.

MICHAELIS. Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, c2022. Malarioterapia. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?id=A8a4D>. Acesso em: 14 de novembro de 2022.

NASCIMENTO, Caio. Como vivem os últimos 57 pacientes do Hospital Psiquiátrico do Juquery. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 06 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,como-vivem-os-ultimos-57-pacientes-do-hospital-psiquiatrico-do-juquery,70003115537>. Acesso em: 31 de outubro de 2022.

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo; DALGALARRONDO, Paulo. História das primeiras instituições para alienados no Brasil. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 12, p. 983-1010, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/RHJYmhbjt3DHjHkPt9xy8TK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 de agosto de 2022.

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo; DALGALARRONDO, Paulo. O início da assistência aos alienados no Brasil ou importância e necessidade de estudar a história da psiquiatria. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 7, p. 128-141, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/kKkby7Ln9Tr5FQqwrS4cm7S/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 de agosto de 2022

OLIVEIRA, Bruno Assis de. **Subjetividade e lazer: contribuições para uma análise crítica**. Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em:

https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22663/1/2016_BrunoAssisdeOliveira.pdf. Acesso em: 13 de novembro de 2022.

Parque Estadual do Juquery, atingido por incêndio, abriga último grande remanescente de Cerrado da Grande SP. **G1 SP**, 21 de agosto de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/08/23/parque-estadual-do-juquery-atingido-por-incendio-abriga-ultimo-grande-remanescente-de-cerrado-da-grande-sp.ghtml>. Acesso em: 01 de novembro de 2022.

PEREIRA, Lygia Maria de França. Franco da Rocha e a teoria da degeneração. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 6, p. 154-163, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rtpf/a/YPY7Ssxkf7KC77DMHqsHmCM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 de novembro de 2022.

PICCININI, Gabriela Mascarenhas. **Território da Loucura: O Complexo Hospitalar do Juquery**. 2016. Trabalho de conclusão de curso. Universidade de São Paulo. Disponível em: https://issuu.com/gabrielapiccinini/docs/caderno_online. Acesso em: 12 de novembro de 2022.

PIZZOLATO, Pier Paolo Bertuzzi. **O espaço arquitetônico como elemento terapêutico: a função da ambiência na recuperação e na qualidade de vida do paciente internado**. 2014. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16137/tde-24062015-164849/publico/FINAL.pdf>. Acesso em: 05 de agosto de 2022.

PIZZOLATO, Pier Paolo Bertuzzi. **O Juquery**: sua implantação, projeto arquitetônico e diretrizes para uma nova intervenção. 2008. Tese de Mestrado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16138/tde-20012010-152813/publico/dissertacaojuquery.pdf>. Acesso em: 07 de setembro de 2022.

RIBEIRO, Eielton. O Juquery, a arte e o museu: um estudo antropológico das produções artísticas em um hospital psiquiátrico. **Encontro de História da Arte**, n. 14, p. 1054-1062, 2019. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/eventos/index.php/eha/article/view/3422/3361>. Acesso em: 15 de outubro de 2022.

RODRIGUES, Eielton Ribeiro. O processo de legitimação das produções artísticas no Juquery: de Osório Cesar ao Museu de Arte Osório Cesar (MAOC). **Encontro de História da Arte**, n. 15, p. 545-558, 2021. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/eventos/index.php/eha/article/view/4694/4473>. Acesso em: 15 de outubro de 2022.

SANTIAGO, Henrique; MENEZES, Leilane. Adeus, Juquery: a nova vida dos últimos moradores do manicômio mais antigo do país. **Metrópoles**, 27 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/adeus-juquery-a-nova-vida-dos-ultimos-moradores-do-manicomio-mais-antigo-do-pais>. Acesso em: 31 de outubro de 2022.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2001. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6539553/mod_resource/content/1/8.%20Milton%20Santos%20-%20Por%20uma%20outra%20globaliza%C3%A7%C3%A3o-Record%20%282001%29.pdf. Acesso em: 13 de novembro de 2022.

SÃO PAULO. Resolução SC-13, de 09/03/2011. Tombamento do Complexo Hospitalar do Juquery. **Diário Oficial do Estado de São Paulo.** Disponível em: https://www.imprensaoficial.com.br/Certificacao/Certificador.aspx?link=%2f2011%2fexecutivo%2520secao%2520i%2fmaio%2f17%2fpag_0037_C1E5A3TVRJK7Be5CVUK0JSD829H.pdf&pagina=37&data=17/05/2011&caderno=Executivo%20I. Acesso em: 12 de novembro de 2022.

SÃO PAULO. DECRETO N. 36.859, de 5 de junho de 1993. Dispõe sobre a criação do Parque Estadual do Juquery. **Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.** Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1993/decreto-36859-05.06.1993.html>. Acesso em: 01 de novembro de 2022.

SCHMID, Christian. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **GEOUSP Espaço E Tempo (Online)**, v. 16, n. 3, p. 89-109, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74284/77927>. Acesso em: 13 de novembro de 2022.

SERRA, Lia Novaes. **Infância perdida:** a concepção de menores anormais na obra de Pacheco e Silva. 2011. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-31082011-122307/publico/serra_me.pdf. Acesso em: 13 de novembro de 2022.

SERRA, Lia Novaes; SCARCELLI, Ianni Régia. Por um sangue bandeirante: Pacheco e Silva, um entusiasta da teoria eugenista em São Paulo. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 17, p. 85-99, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rtpf/a/QHwCycFrxBmnQmcncvsXvP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 de novembro de 2022.

SOY LOCO POR TI JUQUERY. 5º Soy Loco Por Ti Juquery – Festival de Artes 2022, c2022. Página inicial. Disponível em: <https://www.soylocoportijuquery.com/>. Acesso em: 05 de novembro de 2022.

SOY LOCO POR TI JUQUERY. Caderno com programação do 5º Soy Loco Por Ti Juquery – Festival de Artes 2022, c2022. Disponível em: <https://www.soylocoportijuquery.com/programa%C3%A7%C3%A3o-em-pdf>. Acesso em: 06 de novembro de 2022.

SUZANO JUNIOR, Barthôn Favatto. **Milton Santos, o espaço e as rugosidades:** contribuições da Geografia Renovada à História. 2022. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/215654/suzano_junior_bf_assis_dr.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 13 de novembro de 2022.

TARELOW, Gustavo Querodia. **Antonio Carlos Pacheco e Silva:** psiquiatria e política em uma trajetória singular (1898-1988). 2018. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5137/tde-06052019-101223/publico/GustavoQuerodiaTarelw.pdf>. Acesso em: 29 de outubro de 2022.

TARELOW, Gustavo Querodia. **Entre febres, comas e convulsões:** as terapias biológicas no Hospital do Juquery administrado por Pacheco e Silva (1923-1927). 2011. Tese de Mestrado. Universidade de São Paulo. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-18052012-115937/publico/2011_GustavoQuerodiaTarelw_VOrig.pdf. Acesso em: 01 de novembro de 2022.

TARELOW, Gustavo Querodia. Humores, choques e laboratórios: o Juquery administrado por Pacheco e Silva (1923-1937). **Texto integrante dos Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade. ANPUH/SP-UNESP-Franca**, v. 6. Disponível em: <http://legacy.anpuh.org/sp/downloads/CD%20XX%20Encontro/PDF/Autores%20e%20Artigo s/Gustavo%20Querodia%20Tarelow.pdf>. Acesso em: 13 de novembro de 2022.

TEIXEIRA FILHO, Ronison Garcia Bino; VIEIRA, Leandro Tavares Azevedo. Chave preliminar de identificação de espécies vegetais do campo cerrado do Parque Estadual do Juquery, Franco da Rocha (SP). **Revista Mackenzista de Ciências Biológicas**, v. 1, p. 12-16, 2018 Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Localizacao-e-limites-do-Parque-Estadual-do-Juquery-Franco-da-Rocha-SP_fig1_328841200. Acesso em: 13 de novembro de 2022.

URQUIZA, Lygia Maria de França Pereira. Um tratamento para loucura: contribuição à história da emergência da prática psiquiátrica no estado de São Paulo. 1991.

VERSIANI, Isabela Veloso Lopes. **LAZER E COMUNS URBANOS:** potencialidades para apropriação de espaços públicos na cidade. Disponível em: <https://www.posgraduacao.unimontes.br/uploads/sites/20/2021/12/TESE-PPGDS-final-Isabela-Lopes.pdf>. Acesso em: 13 de novembro de 2022.